

22

Página

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE
NÚMERO 96 | JUNHO 2015



ECONOMIA COLABORATIVA

A emergência de uma sociedade pós-capitalista

Tendências
O paradigma deve mudar em 50 anos

Entrevista
O esvaziamento das instituições

Tecnologia
Abolindo os intermediários



CADA PESSOA LIDA COM O DINHEIRO DE UM JEITO. COMO É O SEU?

Existem vários jeitos de lidar com o dinheiro. Por isso, o Santander, em parceria com a It's Noon, lançou o Conta Pra Mim, um espaço para as pessoas contarem como se relacionam com o dinheiro. Quem ouve as histórias aprende novas formas de realizar seus objetivos. Quem conta, além de usar sua vivência para ajudar outras pessoas, ainda pode ser remunerado por isso.

Participe: acesse contapramim.com.br, entre na página Missões e grave seu vídeo. Sua história pode render muito.



[#CONTAPRAMIM]
contapramim.com.br



Central de Atendimento Santander: 4004-3535 (regiões metropolitanas); 0800-702-3535 (demais localidades);
0800-723-5007 (atendimento a pessoas com deficiência auditiva e de fala); SAC: 0800-762-7777;
Ouvidoria: 0800-725-0322 (ambos atendem também pessoas com deficiência auditiva e de fala).



Economia reinventada

Não vamos falar de escassez; é a abundância que rege o assunto desta edição. Uma economia irrigada por conhecimento, informação, criatividade e tempo livre capaz de transformar continuamente a matéria, tal qual a natureza faz. Como é dito na *Entrevista*, os recursos podem ser escassos, mas a capacidade de transformação é infinita. O tempo em que uma furadeira está parada é muito superior ao que está em operação, gerando oportunidades na ociosidade – basta conectar pessoas e seus interesses e extrapolar esse exemplo emblemático para uma economia inteira.

A economia colaborativa, dinamizada de forma inédita pelo advento da internet, trabalha com a fartura, e esta não é única premissa do capitalismo industrial que vem derrubar. Essa sociedade emergente, que muitos chamam de pós-capitalista, suplanta a posse de bens e também a ideia de que o homem não passa de um ser competitivo.

Com isso, além da busca de eficiência, vemos um resgate das relações interpessoais de troca, apoio e cooperação que antigamente se viam em nível comunitário, mas que se perderam conforme a população cresceu e o mundo tornou-se mais complexo. Tal herança é recuperada pela era digital, que de certo modo reaproximou as pessoas da aldeia global e criou mecanismos capazes de gerir a reputação e a credibilidade. Tudo isso de forma autorregulada, sem instituições ou instâncias hierárquicas de poder.

Se essa novidade vai resistir e se tornar dominante ainda não se sabe, até porque talvez estejamos no meio da transição. Há quem preveja uma mudança de paradigma acontecendo em até 50 anos, como o economista e escritor americano Jeremy Rifkin. Claro que esse movimento tem imperfeições e contradições, mas é um sopro de inovação que vem colorir estes tempos soturnos de crise econômica, social e ambiental, dando sinais de que a inflexão é possível.

Boa leitura!



Use o QR Code para acessar PÁGINA22 gratuitamente e ler esta e outras edições

Caixa de entrada

COMENTÁRIOS DE LEITORES RECEBIDOS POR E-MAIL, REDES SOCIAIS E NO SITE DE PÁGINA22

INBOX

(Ed 95 – CIDADES VIVAS)

Queria dar os parabéns pelo número sobre cidades vivas, a excelente entrevista do Nabil (*Bonduki*), mas também a quantidade de avanços pontuais que buscam recuperar o convívio agradável, a cidade como espaço cultural, o resgate do direito da criança ao espaço urbano, tantas ideias boas. O país se constrói também pela base, cidade por cidade. *Ladislau Dowbor*

Belém possui boas experiências de ocupação, como são o Batuque do Mercado de São Brás, o Batuque na Praça e o Circular Campina-Cidade Velha, por exemplo. Merecem ser conhecidas! *Amarildo Júnior*

Existem projetos arquitetônicos e urbanísticos para a cidade que excluem sistematicamente certas pessoas, categorizando-as e tornando-as invisíveis. São projetos silenciosos que omitem o genocídio social pelo qual tanta gente passa cotidianamente. Caminhar em Belém pode ser uma aventura perigosa se tu não estás "gozando de plena saúde", aquela tão cara ao sistema produtivo capitalista. *Larissa Maria*

((RE)OCUPAI – ED. 95)

Emocionante! A gente chega lá. *Regina Ferreira*

(NOVÍSSIMO VALOR – ED. 95)

Excelente texto do nobre José Eli da Veiga. Demonstra que há muito tempo alguns já pensavam "fora da caixa". *Prosperitate Consultoria*

Valiosa reflexão e "arqueologia" do termo "sustentável" no texto do Prof. José Eli da Veiga. *Rubens Harry Born*



BRUNO BERNARDI

CAPA

A furadeira ou o furo?

Ao suplantar premissas como a posse de bens e a competição, a economia colaborativa abre um universo novo, vasto e contraditório

- 12 Economia Verde** Com a aproximação entre academia, agências de fomento e parceiros, as descobertas financiadas pelo contribuinte podem ultrapassar os muros da universidade e retornar para a sociedade
- 14 Entrevista** "A matéria é escassa, mas a capacidade de transformação é infinita", diz Camila Haddad, fundadora da plataforma Chinesa de aprendizagem e um dos expoentes da nova geração que pensa e age de forma colaborativa
- 34 Tecnologia** De que forma o novo aparato tecnológico e organizado em rede impulsiona o ecossistema econômico fundamentado nas noções de colaboração e de compartilhamento
- 42 Tendências** A virada do capitalismo industrial para uma economia predominantemente colaborativa ainda deve demorar, mas previsões como a do americano Jeremy Rifkin indicam ser inevitável

SEÇÕES

CAPA: DUNCAN RAWLINSON

6 Notas | 9 Análise | 10 Antena | 11 Web | 26 Retrato | 33 Artigo | 40 Brasil Adentro | 41 Artigo | 49 Coluna | 50 Última

22

Página

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR Luiz Artur Brito

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE

COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle

EDIÇÃO DE ARTE Marco Antonio
www.vendoeditorial.com.br

ILUSTRAÇÕES Flavio Castellani (seções)

EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi

REVISOR José Genulino Moura Ribeiro

GESTORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Bruno Toledo, Diego Viana, Eduardo Shor, Elaine Carvalho, Fabio F. Storino, Fabio Otuzi Brotto, Fábio Rodrigues, Fernanda Macedo, Gabriela Alem, Gisele Neuls, João Meirelles, Ivan Ryngelblum, Karina Ninni, Magali Cabral (textos e edição), Sérgio Adeodato
ENSAIO FOTOGRÁFICO Duncan Rawlinson

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, José Eli da Veiga, Leeward Wang, Mario Monzoni, Natália Garcia, Pedro Telles, Roberto S. Waack, Rodolfo Guttilla

IMPRESSÃO HRosa Serviços Gráficos e Editora

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.800 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORSTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADETIU A LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

COMMONS

Um projeto no Equador

Produzir uma infraestrutura e uma ética que sustentem uma economia sustentável, fundada sobre os comuns, está na raiz da Commons Transition, iniciativa ambiciosa dos ativistas Michel Bauwens, fundador da P2P Foundation, John Restakis, George Dafermos, e a brasileira Janice Figueiredo.

A plataforma commonstransition.org

pretende ser um repositório de propostas e experiências que buscam “basear a sociedade civil no conceito de commons”, o que conduziria a “uma sociedade mais igualitária, justa e ambientalmente estável”.

Segundo os propositores, o commons, associado à dinâmica P2P, representa um modo de organização social

que se diferencia tanto da competição do mercado quanto do planejamento central. Janice Figueiredo atua em um de seus principais projetos, em curso no Equador desde 2013. Nomeado Flok (Free-Libre Open Knowledge), o projeto parte da coordenação de comunidades locais do país para propor ao governo políticas públicas que valorizem o livre intercâmbio de conhecimentos ancestrais ([acesse floksociety.org](http://acesse.floksociety.org)).

Segundo a ativista, “esta primeira experiência Flok é uma semente que foi plantada e um patamar que foi cruzado. Uma primeira tentativa de oferecer um modelo alternativo ao sistema capitalista foi proposta e pode inspirar qualquer pessoa, cidade, coletivo da sociedade civil, região. E pode ser replicado, modificado e adaptado de acordo com diferentes contextos e necessidades”.

Janice Figueiredo acrescenta que o projeto tem suscitado o interesse de outros países, porque “o mundo precisa de mudanças profundas. Não é mais uma opção, e sim uma necessidade”.

Ela estima que “o ser humano é intrinsecamente generoso e solidário. Um movimento de transição para os comuns é uma possibilidade real de resgatar a cooperação humana e atingir a harmonia com a natureza”. – **Diego Viana**



ANA GUZZO

ÁGUA E PLANEJAMENTO URBANO

Cidades precisam se preparar para incertezas hídricas, diz OCDE

A extensão e gravidade das crises hídricas enfrentadas por São Paulo e Califórnia demonstraram que as cidades precisam começar imediatamente a se preparar para o futuro. Um estudo publicado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que, embora a maioria das metrópoles tenha sistemas que garantem a distribuição de água, elas não estão prontas para lidar com desafios que virão ([acesse em goo.gl/5UefYY](http://acesseemgoo.gl/5UefYY))

Entre as situações previstas está a incerteza em relação à disponibilidade de água, em decorrência da competição por acesso com produtores rurais, indústrias e meio ambiente, além da perspectiva de mudanças no clima. Outros problemas apontados são

o financiamento da atualização da infraestrutura e a governança envolvendo os recursos hídricos, que sofre com a falta de convergência das normas que regem cada setor econômico.

A boa notícia, segundo a OCDE, é que os países possuem as principais competências para lidar com estas questões, mas a organização ressalta que a situação exige uma atuação coordenada entre os governos nacionais, municipais e o setor privado, através de planos pragmáticos e de longo prazo. “As cidades nos países da OCDE que planejam os recursos hídricos para os desafios futuros entendem que atrasar ações pode aumentar os custos e limitar as opções para se adaptar a riscos”, dizem os autores do estudo. – **Ivan Ryngeblum**



CONHEÇA O QUE A VOTORANTIM TEM FEITO E QUER FAZER CADA VEZ MELHOR.

Acesse www.votorantim.com/relatorio e conheça o Relatório Votorantim 2014.

- Ebitda consolidado de R\$ 7,1 bilhões.
- Receita líquida consolidada de R\$ 28,1 bilhões.
- 1,4 milhão de horas dedicadas ao treinamento de pessoas.
- 2,6 milhões de hectares de *habitat* protegidos ou restaurados.
- R\$ 563 milhões investidos em projetos de gestão ambiental.
- 13ª posição em pesquisa de reputação empresarial brasileira.
- Investimento social e cultural externo de R\$ 76,5 milhões.

VOTORANTIM. PRODUZIR É UMA ARTE.

Compartilhando a rua

Na coluna da edição 94 (“O direito de andar”, bit.ly/P22ed94g), falei das ruas do início do século XX, ocupadas simultaneamente por todos os modais (pessoas a pé, a cavalo, bicicletas, carros, carroças etc.). Hoje adotamos o modelo de segregação completa, com ruas exclusivas para veículos ou para pedestres. Seria loucura imaginar voltarmos para um modelo de uso compartilhado. Ou não?

A segregação do espaço público por tipo de modal privilegia a eficiência, o fluxo. Por conta de sua formação em Engenharia, essa era a principal preocupação do pesquisador Daniele Quercia. Ao mudar-se para Boston, Quercia adotou uma bicicleta com seu meio de transporte e, diariamente, pedalava para a vizinha Cambridge seguindo a rota sugerida pelo aplicativo de mapa, que oferecia a “rota mais curta” ou a “rota mais rápida”.

Cansado da rotina, resolveu explorar uma rota alternativa, e encantou-se com as ruas pacatas e arborizadas do novo percurso. Percebeu, então, que havia mais coisas a otimizar além de tempo ou distância. Em sua palestra TED (goo.gl/GDB2DK), Quercia descreve um projeto cartográfico alimentado coletivamente e baseado em emoções humanas, indicando o caminho mais bonito, mais tranquilo ou mais feliz.

A segregação também foi supostamente concebida para privilegiar a segurança de veículos, ciclistas e pedestres. Tal pressuposto também tem sido colocado em dúvida por arquitetos e urbanistas.

Por muitas décadas, o holandês Hans Monderman foi um típico engenheiro de tráfego, até perceber que algumas das “melhorias” implementadas em nome da segurança no trânsito,



to, na verdade, tornavam as ruas mais inseguras. Desenvolveu então uma solução simples, porém contraintuitiva: removeu todos os dispositivos de controle de tráfego – semáforos, sinalizações, demarcações no solo (inclusive faixas de pedestre), meio-fio –, de maneira a tornar menos clara a fronteira entre calçada e leito carroçável (por onde circulam veículos motorizados), obrigando os usuários daquela rua a negociar passagem entre si.

Essas medidas de espaço compartilhado (*shared space*) “moderam” os veículos motorizados e, assim como outras medidas de *traffic calming*, acabam por reduzir o número de acidentes. O objetivo é fazer com que o tráfego seja integrado às demais atividades humanas, em vez de segregá-lo.

Na última década, várias cidades

europeias – e, recentemente, algumas cidades americanas – vêm testando as ruas compartilhadas.

Entretanto, há grupos que se opõem à criação de espaços compartilhados, como os que representam pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. O modelo tampouco serve para todas as ruas de uma cidade – Monderman defendia que houvesse um estudo prévio de engenharia de tráfego, como no caso de qualquer outra intervenção urbana.

A despeito de obstáculos, é possível entender o conceito dos espaços compartilhados como um manifesto político mais do que de engenharia de tráfego, reforçando a noção de espaços públicos, cujo uso precisa ser pactuado e servir à qualidade de vida de seus habitantes, não erodi-la.



Crianças e adolescentes na Amazônia

Apesar de os indicadores sociais deste grupo terem melhorado na média nacional, a situação é gravíssima na Região Norte, exigindo atenção do Estado e de empresas

Será infrutífero tratar da sustentabilidade na Amazônia sem enfrentar as necessidades das crianças e dos adolescentes e lidar de frente com a cultura machista. Se, nos últimos 20 anos, o Brasil conseguiu melhorar os indicadores sociais para este grupo, a situação na Amazônia é gravíssima. Descrevemos questões que exigem atenção do Estado e de empresas, levando em conta que as dimensões continentais, a dispersão populacional e seu isolamento exigem maior perseverança e capilaridade das políticas públicas.

A situação torna-se mais preocupante quando tratamos de indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, com mais de 5 milhões de amazônidas. Mesmo o que parece simples – como o registro de nascimento em cartório (primeiro ato de cidadania) hoje gratuito – torna-se dramático. Enquanto no Brasil registram-se 94,74% das crianças até um 1 ano de vida, na Amazônia quase 20% das crianças não têm registro e, entre indígenas, 40%. Apresentamos a seguir quatro indicadores, entre os mais críticos:



1 Exploração sexual infantil

Não se restringe a regiões isoladas. Esse crime ocorre de forma velada e sistêmica, sem punição aos abusadores. A maioria das mães e de cuidadores desconhece seus direitos e os canais de denúncia. Muitas mulheres que passaram por esse tipo de abuso, ao não encontrar uma solução, entendem que, mesmo com a denúncia, nada se resolve. Daí a lei do silêncio imperar nas pequenas vilas e cidades amazônicas. A fragilidade dos conselhos tutelares, que raramente recebem atenção da gestão municipal, agrava a situação.

2 O impacto das grandes obras

Nos territórios de influência de hidrelétricas, mineração, portos etc., com presença majoritária de homens entre 18 e 35 anos morando longe de suas famílias, a exploração sexual infantil é ainda maior. Líderes na arrecadação de impostos e *royalties* de gás, petróleo, bauxita (alumínio) e minério de ferro, os municípios de Coari, no Amazonas, e de

Altamira, Barcarena, Juruti, Parauapebas e Paragominas, no Pará, vivem um boom econômico, mas registram índices de violência incompatíveis com sua capacidade material de agir.

3 Exploração do trabalho doméstico

Enquanto o Brasil evolui nos direitos dos trabalhadores domésticos, a região reproduz práticas de escravidão. Anúncio no *Diário do Pará* (em 2 de maio) causou polêmica: “Casal evangélico precisa adotar uma menina de 12 a 18 anos que resida, para cuidar de uma bebê de 1 ano que possa morar e estudar, ele empresário e ela também empresária. Apresentar-se com os Pais ou Responsável (*sic*)”. Mesmo desmentido, o anúncio demonstra o forte machismo e a banalização do trabalho infantil doméstico, que recai em meninas desde os 10 anos. Meninas “adotadas de forma ilegal”, porque são pobres e servem para “criar” os filhos de famílias no meio urbano, são mais comuns do que parece, e a prática é aceita socialmente. No meio rural, o trabalho

doméstico é ainda mais velado, visto que não há registros. São temas urgentes para campanha pública. Em paralelo, é preciso agir diretamente com as meninas em situação de trabalho, para que reconheçam seus direitos.

4 Gravidez na adolescência

Embora, segundo o IBGE, a taxa nacional seja decrescente (de 20,9% em 2000 para 17,7% em 2011), o índice mantém-se alto na Região Norte (de 25,2% a 23,2%). No Pará e Maranhão, mais da metade das grávidas estava na faixa entre 10 e 15 anos. Em cidades das regiões mais excluídas, como o Marajó, conforme o estudo Escuta Marajó – Cachoeira do Arari, Currallinho, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista –, 35% das grávidas são adolescentes, o dobro da média nacional. É um indicador relacionado à pouca esperança, à falta de oportunidade e de um projeto de vida e educação. Para seu enfrentamento, é preciso que a educação sexual alcance as residências e as escolas.

1 Ministério da Saúde, 2009, *Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição de Povos Indígenas*. O dado para a Amazônia é 82,03% e para os indígenas, 57,9%. 2 Veja em goo.gl/cgNcL5
3 IBGE, 2012, *Estatísticas do Registro Civil*. Gravidez até 19 anos 4 Escuta Marajó – Diagnóstico Socioeconômico do Marajó, Instituto Peabiru, 2012. Acesse em goo.gl/VjQT3c.
A fonte específica deste dado é o Ministério da Saúde – Sinasc, publicado em 2009

Amazônia desafia Programa ABC

Na estratégia de redução de emissões estipulada pelo governo federal para a agricultura brasileira até 2020, a Amazônia Legal é essencial para a obtenção de resultados positivos. No entanto, essa região abarca apenas 20% do total de recursos contratados pelo Programa ABC – a principal linha de financiamento para a agricultura de baixo carbono no Brasil – desde a safra 2010/11 até a safra 2014/15, aponta relatório publicado pelo Observatório ABC em maio.

Sozinha, a Amazônia Legal – que compreende nove estados do Norte, Centro-Oeste e Nordeste – possui o potencial de atingir a meta de redução de carbono para a agricultura em 2020, estipulada no Plano ABC (133,9 milhões a 162,9 milhões de toneladas de CO₂eq), em cerca de três anos. "Esse resultado só seria alcançado caso as tecnologias de baixa emissão de carbono fossem implementadas integralmente e com alto grau de qualidade em toda a área hoje ocupada por atividades agropecuárias ou desmatada", afirma Angelo Gurgel, coordenador do Observatório ABC. "Além disso, o governo precisa resolver entraves como a regularização fundiária e ambiental", diz.

Para exemplificar essas dificuldades, o relatório trouxe um estudo de caso sobre Paragominas, município que possui 11% do total de pastagens degradadas do Pará e está próximo



MINISTÉRIO DA DEFESA/FILICKR (CREATIVE COMMONS)

ao arco de desmatamento da Amazônia Legal. A cidade apresenta os mesmos problemas identificados nacionalmente em estudos anteriores do Observatório ABC: além da regularização fundiária, a baixa atuação e capacitação da assistência técnica, a falta de proximidade do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC aos produtores locais e a pouca divulgação da linha de crédito do Programa ABC dificultam o acesso ao financiamento.

O relatório, que contou com a participação técnica do GVces, levantou a aplicação dos recursos nos primeiros oito meses da safra 2014/2015, quando foram desembolsados cerca de R\$ 2,5 bilhões (56% do total alocado para o Programa). A maior parte foi demandada pelo Centro-Oeste (36,3%) e o Sudeste (32%), bem à frente das regiões Sul (11,3%), Nordeste (11%) e Norte (9,5%).

9 Mais informações em bit.ly/ABC0515

Internacionalização a partir da sustentabilidade

O projeto Inovação e Sustentabilidade nas Cadeias Globais de Valor (ICV Global) realizou em maio um evento especial para marcar a conclusão de seu primeiro ciclo de atividades. Parceria entre GVces e a Apex-Brasil, o projeto tem como meta criar bases para a internacionalização de micros, pequenas e médias empresas, que se diferenciam por seus atributos de inovação e sustentabilidade.

Para Ana Coelho, pesquisadora do GVces e gestora do projeto, "a internacionalização da sustentabilidade como estratégia de negócio e a oferta de produtos e serviços que tenham incorporados atributos socioambientais são certamente fonte de vantagem competitiva".

A publicação com os resultados finais do trabalho está disponível na biblioteca do site do GVces (fgv.br/ces). Mais em icvglobal.com.br.

SINTONIZANDO

CRISE HÍDRICA É DESTAQUE DO "BODE NA SALA"

Reunindo representantes de diferentes setores e áreas de conhecimento, PÁGINA22 promoveu em 27 de maio a 2ª edição do Bode na Sala, desta vez sobre a crise hídrica que aflige diversos estados brasileiros desde o ano passado. O evento foi uma oportunidade importante para discutir o tema de forma construtiva e reflexiva, considerando os problemas e as visões dos diversos atores envolvidos nessa questão. Confira os destaques em goo.gl/t74CXr.

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA GINO STRUFFALDI

Inspirados pelo desafio apresentado aos alunos da turma inSPira, da 10ª edição da disciplina eletiva Formação Integrada para Sustentabilidade (FIS 10), um grupo de estudantes da FGV e da Universidade Mackenzie uniu-se para revitalizar a Praça Capitão Gino Struffaldi, em frente à sede da Fecomercio, ao lado da Praça 14-Bis, na Bela Vista, em São Paulo. Por enquanto, o grupo está estudando o local e a demanda dos frequentadores, além de buscar ajuda para realizar essa tarefa. Se você tiver interesse em participar e contribuir para a recuperação da praça, entre em contato pelo e-mail pracastruffaldi@googlegroups.com.

PRATA DA CASA

Produzir a própria energia



SCHOFER/SECRETARIA SUSANA / WIKIMEDIA

De novembro de 2012 até março deste ano, o número de pequenos consumidores que geram a própria energia, e com fontes limpas, passou de 3 para 534 no Brasil. Com 99 dos projetos instalados, Minas Gerais lidera a lista dos estados. São Paulo tem 11 e outros 10 em avaliação pela AES Eletropaulo. A maioria dos adeptos (69%) é residência – por pagar o quilowatt/hora mais caro, é o grupo que tem maior economia – seguida pelo comércio (18%). "Estamos diversificando e humanizando a matriz", comemora Mauro Passos, presidente do Instituto Ideal.

A mudança veio com a Resolução nº 482, da Agência Nacional de Energia Elétrica, publicada há três anos, que permitiu abatimento na tarifa mensal para quem produzir até 1 megawatt de potência. A redução varia entre 50% a 70% e o investimento se paga entre oito e dez anos.

9 Leia a íntegra da reportagem no Blog da Redação em fgv.br/ces/pagina22.

Nesse sistema de geração distribuída, o dono do imóvel pode compartilhar a energia com outro local (casa e escritório ou casa própria e de filhos, por exemplo), desde que ambos estejam registrados em seu nome; e o excedente vai para a rede pública, ajudando a suprir a demanda nacional.

Um sistema com sete telas solares fotovoltaicas (tecnologia mais usada ante a eólica e a biomassa) custa R\$ 16 mil. "É o número mínimo recomendável para consumidores de 208 kWh (próximo da média nacional)", explica a bioarquiteta Isabelle De Lois.

Além do valor do investimento e retorno de longo prazo, a expansão do sistema esbarra na ausência de crédito atrativo. Como opção, empresas como a Brasil Solair, do Rio de Janeiro, alugam o equipamento, mas só para produtores comerciais.

MUNDO AFORA

Vida autossuficiente

Movimentos interessados em compartilhar conhecimentos para uma vida mais autossuficiente e que aproveite melhor os recursos naturais mostram, por exemplo, como montar biodigestores no quintal, gerar energia eólica e solar, dessalinizar água por meio de calor do sol e até como erguer uma casa boa para morar. Muitas dessas tecnologias têm código aberto e são simples de fazer. O site waldenlabs.com lista 21 delas, leia em bit.ly/ZGnUnE.



ERIC WITTMAN / WIKIMEDIA

VALE O CLICK

HOSPEDAGEM ECO

TripAdvisor Ecolíderes é um programa para viajantes em busca de hotéis com boas práticas ambientais. Lista as ações de cada hospedaria (como comida orgânica, consumo de água e impacto local) e as classifica em bronze, prata, platina e ouro. Disponível no site da TripAdvisor, em bit.ly/1Czcww5.

JANTAR COLABORATIVO

Conheça sites que reúnem estranhos interessados em jantar juntos. O local é a casa de quem vai cozinhar, os convidados são turistas. Pela internet são fechados grupos, a data e o pagamento ao anfitrião. Oportunidade para um intercâmbio cultural e gastronômico. Veja em bit.ly/1ErdF45.

METAS MUNICIPAIS

Paulistanos podem monitorar os compromissos da prefeitura no site por meio do aplicativo De Olho nas Metas, lançados pela Rede Nossa São Paulo. O usuário pesquisa por tema ou região cada meta do plano municipal e vê seu status de execução. Acesse deolhonasmetas.org.br.



ABELHAS E AGRO

Agricultura e Polinizadores é um e-book para a troca de conhecimentos nas duas áreas. Um dos capítulos é sobre o impacto da agricultura sobre os polinizadores e formas de mitigar seus efeitos. Pode ser baixado pelo site abelha.org.br.

Da academia para o mercado

Com a aproximação entre academia, agências de fomento e parceiros, as descobertas financiadas pelo contribuinte podem ultrapassar os muros da universidade e retornar para a sociedade

POR SÉRGIO ADEODATO

Hoje em dia é comum encontrar nos supermercados alimentos com rótulos indicando → “zero trans” e “low sat” (baixo teor de gordura saturada) como forma de atrair consumidores que buscam uma vida mais saudável. Depois que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tornou mais exigentes as normas para exibição da mensagem, surgiu a necessidade de mudar a fórmula e adequar os produtos a novos padrões. Em decorrência disso, a Cargill, gigante do setor alimentício, recorreu aos cérebros da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para achar uma solução viável.

Na corrida tecnológica, o desafio foi desenvolver insumos que permitissem reduzir gorduras sem alterar a estrutura física e a consistência de bolachas, biscoitos, bolos e sorvetes, por exemplo. A inovação, alcançada pelos pesquisadores Renato Grimaldi e Lireny Gonçalves, da Faculdade de Engenharia de Alimentos, gerou uma das mais lucrativas patentes até hoje obtidas pela instituição.

A transferência do saber científico para o mercado é mediada pelo trabalho conduzido no primeiro andar do prédio da Prefeitura Universitária, onde funciona a agência Inova Unicamp. No local, o ambiente de design moderno contrasta com a sisuda cultura acadêmica e com a arquitetura dos edifícios do seu entorno. Ao lado, a Praça das Bandeiras – símbolo dos velhos tempos – abriga um monumento em memória da pedra fundamental da universidade, lançada em 5 de outubro de 1966.

Lá se vai quase meio século. De lá para cá, muita coisa mudou, principalmente no que se refere ao esforço de dar um viés comercial às engenhosidades dos Professores Pardais. “Desde a década de 1980, quando era maior a cisma dos cientistas em relação aos interesses econômicos, houve evolução na abertura para as demandas do mercado, mas o desafio de maior aproximação ainda permanece”, ressalta o professor Milton Mori, diretor-executivo da Inova Unicamp.

O relacionamento com o mundo dos negócios ocorre através de fomento ao → **empreendedoris-**

mo, transferência de tecnologias e desenvolvimento de soluções por demanda, entre outras modalidades de parceria. Em 2014, foram recebidos 103 comunicados de invenção, dos quais 77 renderam pedidos de patentes – um recorde que gerou ganho econômico de R\$ 1,1 milhão, com um terço dos royalties se destinado aos pesquisadores.

O resultado é fruto da → **prospecção** de empresas e também de pesquisadores, seguindo o modelo recomendado pela Universidade de Cambridge a partir de convênio com a Unicamp para treinamento em propriedade intelectual e negociação com indústrias. Em cada uma das 25 unidades e centros de pesquisa da instituição, há um líder encarregado de identificar inovações com potencial de ir para o mercado. “No passado, quando não havia regras para esse relacionamento, as universidades entregavam tecnologias de mão beijada”, diz Mori, também chefe de um laboratório que transfere conhecimento sobre refino de petróleo para a Petrobras.

No entanto, há restrições que emperram o ímpeto empreendedor. Pela lei, os professores não podem abrir empresa para vender a inovação desenvolvida por eles na universidade, mas apenas licenciá-la. “Por isso muitos se aposentam para montar o próprio negócio”, lamenta o diretor, ao reclamar maior agilidade e flexibilidade nas transações com o mercado, inclusive envolvendo riscos.

Não raro os cientistas que detêm o *know-how* se preocupam mais em publicar os resultados de suas pesquisas para subir na carreira acadêmica do que manter o sigilo para registrar patente. Levar novidades do laboratório para as prateleiras não é fácil.

A → **Lei de Inovação**, sancionada em 2004, foi um marco. “Flexibilizou e trouxe clareza à relação entre o público e o privado, para que o conhecimento científico se tornasse produto”, avalia Celeste Emerick, coordenadora de gestão tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. Antes, segundo ela, os processos de transferência de tecnologia eram bastante demorados, devido à insegurança jurídica, ainda mais no setor de saúde, dominado por oligopólios hábeis em utilizar o sistema

As gorduras trans contêm ácidos graxos insaturados e seu consumo está associado a doenças do coração. Pela norma, as indústrias podem informar que o alimento é “zero trans” se o teor não superar 0,2 g de gordura por porção

Em 2014, a Inova Unicamp prospectou 110 empresas, gerando 11 licenciamentos de tecnologia, entre os 60 atualmente vigentes

A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, estabelece incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas ao desenvolvimento industrial do País

Além dos 19 pequenos negócios tecnológicos hoje incubados na Unicamp, existem outras 254 “empresas-filhas”, criadas fora da universidade por professores, alunos ou servidores



internacional de patentes como forma de pressão.

Desde o fim da década de 1980, a Fiocruz, reconhecida com maior centro brasileiro de pesquisas em saúde pública, tem percorrido um longo caminho de aprendizado para levar ao mercado descobertas como vacinas, medicamentos e métodos para diagnóstico de doenças. Hoje a instituição tem 150 projetos aptos a parcerias com empresas. Um biolarvicida inédito para controle da dengue deverá ser lançado nos próximos meses, após a transferência da tecnologia para a empresa BR3. O alvo atual está nas pequenas empresas inovadoras que buscam nichos de mercado, como a Biomédica, do Rio de Janeiro, que desenvolveu o protótipo de um copo de plástico com bico especial que imita o seio da mãe e ajuda a alimentação de crianças recém-nascidas. A solução, desenvolvida pela Fiocruz, tem patente depositada no Brasil e nos EUA.

Hoje há no País mais de 400 instituições de ciência e tecnologia voltadas para a proteção por patentes e parcerias com empresas para inovações. “É importante fazê-las chegar à sociedade”, afirma Denise Petri, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, onde coordena o programa de mestrado profissional. Nele, especialistas de empresas se capacitam e usam laboratórios bem equipados para chegar a novos produtos capazes

de aprimorar os negócios. É o caso do desenvolvimento de fórmulas que tornam mais eficiente o uso de defensivos agrícolas, permitindo sua redução, o que significa menor risco de impacto ambiental.

“Buscamos modelos mais abrangentes de parceria”, revela John Biggs, diretor da indústria química Dow, patrocinadora da pesquisa. Na última década, a multinacional intensificou a interação com universidades para lançar novidades no mercado. A estratégia agora é promover desafios para atrair boas ideias. Um deles, voltado para o “colchão do futuro”, resultou na apresentação de 60 projetos para pesquisas com → **poliuretano**, na Universidade Federal de São Carlos, interior de São Paulo.

Na linha da “inovação aberta”, a multinacional realizará em agosto o Innovation Fair, evento que engajará no Brasil iniciativas de universidades, microempresas e *start-ups* em áreas como alimentos, segurança hídrica, produtos químicos renováveis e infraestrutura. A feira – espera-se – deverá render no mínimo seis novas tecnologias para a empresa. Mas o importante, para Biggs, é a aproximação entre academia, agências de fomento e outros potenciais parceiros. Assim, descobertas financiadas pelo imposto do contribuinte podem sair dos laboratórios, ultrapassar os muros da universidade e beneficiar a sociedade. **ZZ**

Espuma existente nas paredes de refrigeradores e freezers. É útil como isolamento térmico na construção civil e, na forma flexível, compõe estofados de móveis e colchões



Mudar o mundo sem tomar o poder

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO BRUNO BERNARDI

Com a cena estonteante da cidade contornada pela linha do horizonte, raramente vista na cidade de São Paulo, Camila Haddad visiona um futuro que pode até não se concretizar em grande escala. Mas que já coleciona sementes aqui e ali, espalhando-se no chão nem sempre a céu aberto. E geram pequenas trincas no cimento do *status quo*, pelas mãos de pessoas que simplesmente se juntam para fazer coisas e resolver problemas de forma independente das instituições. Nesta última frase ela resumidamente define o que é a economia colaborativa.

Leitora de *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder* e de *Fissurar o Capitalismo*, de John Holloway, a jovem que estudou economia e trabalhou com sustentabilidade não vê outra mudança para este mundo — sob vários aspectos em crise — que não seja pela trilha da colaboração. “Esse movimento não tem a pretensão e não é organizado politicamente para revolucionar. Mas justamente por isso tem muito mais capacidade de mudança”, diz, em entrevista concedida no apê que divide com os amigos.

É fundadora, junto com a irmã, do Cinese, uma plataforma de aprendizagem colaborativa. O Cinese, conta ela, nasceu muito para responder a angústias pessoais da irmã, que havia ticado todas as caixinhas definidas pelo *mainstream* como sucesso, mas não a de encontrar sentido para o que faz. Então as duas criaram uma iniciativa com o espírito de que a educação deve fazer a pessoa se conhecer, conhecer o que gosta e descobrir como pode atuar a partir disso no mundo. Da mesma forma, a economia colaborativa provoca um repensar sobre a forma como as pessoas se organizam social e economicamente, e o que esperam dessas relações.

A entrevista foi montada também de forma colaborativa, inspirada em perguntas que o Conselho Editorial da PÁGINA22 fez ao debater a pauta desta edição.

Formada em Administração de Empresas na FGV, trabalhou na ONG Artemisia e no Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaesp (GVces). Fez mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na University College London, onde tomou conhecimento sobre consumo e economia colaborativa

**Parece que estamos vivendo um florescer da economia colaborativa. A crise financeira dos últimos anos tem a ver com isso?**

Os processos de colaboração sempre aconteceram, a gente não teria conseguido se manter como estrutura social se eles não existissem. Mas foi ficando menos presente quando mais coisas foram se convertendo em produto ou serviço, por exemplo, alimentação. Antes não fazia sentido pagar para comer, as pessoas cozinhavam dentro de casa. E mais coisas foram sendo convertidas em produto ou serviço conforme a gente foi atingindo um certo padrão de desenvolvimento. Processos inerentemente sociais ou colaborativos foram se distanciando. Mas o atual modelo está obviamente em crise, tanto financeira como em termos de recursos naturais. Além disso, o fenômeno da internet foi muito importante, porque agora a gente percebe que pode se conectar com as pessoas. Essa possibilidade sempre existiu, mas com a internet ficou mais tangível. Vejo a internet como a primeira organização humana distribuída, não hierárquica. E a não hierarquia e a horizontalidade são o pressuposto para que qualquer organização colaborativa se constitua. Economia colaborativa é basicamente isso, uma rede de pessoas conectadas para fazer coisas e resolver problemas de forma independente das instituições.

E que não necessariamente pressupõe uma transação monetária?

Em qualquer relação que a gente faça, existe uma troca de valor. Em todos os sentidos. O dinheiro é uma forma de tangibilizar essa troca, mas não é a única. E não é um problema. Só que é muito limitado para dar conta. O dinheiro serve para facilitar fluxos de bens e serviços, para girar a economia, mas às vezes não é necessário, é possível fazer muitas coisas sem recurso monetário.

Você vê a economia colaborativa sob qual prisma? Pelo caráter revolucionário ou rejuvenescedor da internet? Pela maior conscientização sobre os limites do planeta? Ou pela ótica psicológica e cultural, de como e por que humanos desde a Pré-História resolveram fazer coisas em conjunto?

Uma mistura de tudo, porque a gente cada

vez mais tem notícias de que o modelo atual não responde às nossas necessidades. Colaboração e competição são inerentes às pessoas, mas criamos um sistema que estimula só um dos lados.

A economia colaborativa pode ser só um arca-bouço de outras coisas, mas tem, sim, um aspecto muito transgressor e revolucionário que desafia duas premissas básicas da economia. Uma é a escassez, só precisa ser gerido o que é escasso, e só tem valor econômico o que é escasso. Então a gente gera escassez artificial para criar valor econômico, ou seja, cria escassez na tentativa de administrar a escassez, o que não faz muito sentido. E a outra premissa é a do *Homo economicus*, segundo a qual a gente é competitivo e precisa criar um sistema que transforme competição em mais bem-estar social, na história de que, quanto mais autointeressado e competitivo a gente for, mais vai gerar produtos e serviços que são bons para a sociedade.

A matéria é escassa,
mas a capacidade
de transformação
é infinita

Mas uma economista de que gosto muito, a Elinor Ostrom, diz que, quando a gente acha que as pessoas são inerentemente egoístas, concebe sistemas que premiam pessoas egoístas e garante que de fato elas se comportem da maneira que achou que iam se comportar. Se

formos pensar em todas as estruturas hierárquicas, óbvio que o único caminho é o topo, e nem todo mundo vai chegar lá. E pensando no cenário de recursos escassos, obviamente vou querer competir e garantir o meu, é uma dança das cadeiras. E com a previsão ruim, ainda que eu não queira sentar na cadeira agora, vou guardar lugar porque vai que eu precise sentar lá na frente...

Desafiar a premissa da escassez e da competição não é pouco. Como falar de abundância em um cenário no qual os recursos estão se exaurindo? É uma mudança de ótica. A matéria é escassa, mas a capacidade de transformação é infinita. A gente é única espécie que pensa de forma linear, mas a resposta está na capacidade contínua de transformação. E esta só acontece quando a gente inova. E a gente só inova quando as pessoas colaboram.

Então a sustentabilidade necessariamente passa pela trilha da economia colaborativa?

A meu ver, sim. Inclusive o meu caminho para a colaboração veio a partir da sustentabilidade. Eu compreendi que a única forma de se organizar so-

cialmente para se manter a longo prazo exige colaboração. Quando a gente se organiza de forma industrial, entende a perenidade dessa forma: essa empresa vai existir para sempre, fazendo as coisas assim, e aí a capacidade de transformação se perde.

Dá pra colocar uma empresa como o Uber no balaio da economia colaborativa? Ou está na economia do compartilhamento?

O compartilhamento é uma parte da economia colaborativa. É a gente perceber que não precisa possuir recursos, só precisa acessá-los. A colaborativa é mais ampla, inclui iniciativas como a Rede Nossas Cidades, com pessoas se conectando para transformar a política local. No Uber, a ideia da colaboração está sendo usada sem desafiar as premissas da economia. O CEO do Uber, por exemplo, falou que o único problema deles eram os motoristas! Então tem um entendimento muito errado aí. Não é à toa que já tem união de motoristas contra o Uber. Se o valor da empresa é conectar pessoas, como se pode dizer que o problema são as pessoas? Essas empresas podem até crescer muito a curto prazo, mas estão cavando a própria cova.

O que motivou a declaração do CEO?

A criação de um sindicato de motoristas do Uber. Ele falou que já existem carros autodirigidos do Google e que, quando não precisarem de motoristas, não terão mais esse problema. Mas isso não tem capacidade de se manter por muito tempo, pois, quando as pessoas percebem que não está sendo gerado valor real para elas, vão simplesmente pular o Uber. Já está nascendo um "uber" descentralizado, um aplicativo que não tem uma empresa por trás, as pessoas se conectam diretamente e têm uma moeda própria, gerada no processo de carona. Se te dou carona, consigo uma moeda que é usada quando eu precisar de carona. Então as pessoas vão criar alternativas, é a história do protagonismo. Não precisamos mais das instituições e dos intermediários que não nos agregam valor.

A economia colaborativa pressupõe a descentralização de poder e a quebra de hierarquia, mas ao mesmo tempo o mundo digital tem como expoentes grandes corporações. Como fica isso?

Se a minha resposta é ter de remunerar o acionista, eventualmente vou chegar em um momento contraditório em que me pergunto: "É melhor pra quem?" Tem muitas empresas tradicionais surgin-

do que prestam serviços colaborativos, o que já é bastante interessante. Mas eu falo mesmo é da colaboração da porta pra fora e da porta pra dentro. Boa parte das empresas percebe a colaboração da porta pra fora, mas ainda continua se organizando de forma hierárquica, vertical, compartimentalizada – muita gente pensa que não funciona se não for assim. Só que isso tudo é construído socialmente.

Também deve haver dúvidas no que se refere à capacidade de gerar renda. No exemplo do aplicativo que substitui o Uber, as pessoas não conseguiriam viver disso. Mas no Uber, sim, é uma empresa que pode proporcionar o ganha-pão de muita gente.

Tem alguns pontos aí. Existe um processo de longo prazo. O dinheiro surgiu para os recursos circularem, para as coisas que estão em um espaço chegarem de forma mais eficiente em outro. Essa única moeda, que está tão presente, não é a única resposta para uma economia que funcione. Economia é troca de valor. Penso que no futuro teremos diversas moedas, pode ter a da carona, a da alimentação, e a gente vai conseguir moeda na medida que coopere e gere valor na sociedade. Não terei o emprego que me dá moeda corrente com a qual conseguirei fazer todas as coisas. Se gero valor, serei reconhecido, terei reputação, outras moedas e isso permitirá com que eu faça todas as coisas para continuar existindo. É quase como, de forma mais ampliada, voltar para processos muito tribais.

É o caso de relativizar o aspecto inovador da economia colaborativa? Ou há algo realmente novo devido às tecnologias?

Quando a gente olha para os processos tribais, a existência estava garantida. Se tinha alguma pessoa doente, todos iam prover recursos para ela, porque sabiam que, quando ela estivesse bem, ia voltar a gerar valor, caçar etc. Só que isso não consegue se estender para além de uma comunidade pequena, porque não conheço todas as pessoas e a sua reputação. O dinheiro serviu para estender isso, respondendo à pergunta: "Se não te conheço, como a gente vai fazer uma troca?"

Daí a palavra crédito, no sentido de confiar...

Exato. A gente não joga fora tudo o que conquistou esses anos, não se trata de todos voltarem a viver em comunidades. Porque a tecnologia traz a possibilidade de pegar esses processos e fazer com que se ganhe muito mais escala, gerando in-



terações com pessoas de todas as partes do mundo. Mesmo quando a gente fala de uma economia monetizada, respondendo à sua pergunta sobre o substituto do Uber, vou falar da nossa experiência no Cinese, que entendemos não como empresa, mas como uma comunidade de aprendizagem. Cada vez mais a gente anda no sentido de a plataforma ser autogerida, o código é aberto, qualquer um pode propor uma mudança, copiar e fazer outro etc. A ideia é que a plataforma está aí para servir às pessoas e elas se conectarem, e não para as pessoas servirem à plataforma. Não é a plataforma em si que precisa gerar renda para pagar alguém, e sim ser um ponto de partida para as pessoas gerarem sua própria renda, cobrando, se quiserem, por suas habilidades. Embora iniciadora do Cinese, eu sou apenas uma usuária dela, a comunidade não tem de me remunerar. Enquanto as pessoas virem valor e quiserem que o Cinese continue existindo, vão contribuir com o financiamento coletivo da plataforma. Faz sentido?

Parece que sim. Mas é se de perguntar se o mundo tradicional, que opera com regras tão diferentes, tende a migrar para isso, ou se essa experiência ficará restrita a nichos. O que você pensa disso?

Que tem muita capacidade de ganhar escala. Não é nada de outro mundo. Eu percebo isso acontecendo cada vez mais. Quando a gente fala de hortas urbanas, ocupação de espaço público, como o Parque Augusta, tudo isso tem a ver com empoderamento, com a percepção de que é a gente que faz a política, a economia. Podemos optar em ser participante de um sistema que já existe, que foi pensado antes da gente, ou criar coisas novas.

É o *power to the people*? Na hora em que esse poder se dá, não se volta mais atrás?

É difícil. Mas o que falta é o nosso entendimento de que coisas muito transformadoras podem acontecer sem uma estrutura de controle. Porque dá um medinho, né? "Se a gente não se organizar, será que as coisas vão acontecer? Vai virar uma bagunça." Tenho cada vez mais visto que é possível pensar em contornos e estruturas horizontais que geram coisas incríveis. Tem o exemplo básico da Wikipédia. Fizaram um teste de inserir erros na Wikipédia,

e a média de tempo para isso ser corrigido era de 10 segundos! Que outro lugar tem tanta acurácia e rapidez? Só em alguma coisa com muita gente conectada. E por que as pessoas editam artigos na Wikipédia? Alguém paga? Alguém organiza? Não, é o próprio sistema de reputação. Se tem uma disputa por edição, quem está muito tempo editando pode dizer o que é o certo. Não tem um cargo para definir o editor, qualquer um pode ser, então o editor é reconhecido pelo seu trabalho de qualidade.

Acredito que todos os processos podem ir nesse sentido. A mídia pode ser distribuída desse jeito. Gosto muito da *Reportagem Pública*, de jornalismo investigativo, que os leitores financiam e definem a pauta, o assunto que querem ver investigado. Os papéis de leitor, financiador e editor ficam mistos e isso permite que as coisas continuem existindo (*mais sobre mídia à pág. 48*). Outro exemplo de que gosto bastante é theSkyNet, que é uma rede

de processamento de dados e pesquisas espaciais. Para isso, precisaria de uma capacidade de processamento muito grande, supercomputadores etc. – o que demanda uma grande instituição, uma grande universidade, um grande investimento. A ideia deles foi a seguinte: por que

a gente precisa de um superprocessador, se tem várias pessoas com computador e capacidade de processamento sobressalente?

Isso é a economia da ociosidade?

Exatamente. Se a gente fosse pelo lado da escassez, precisaria entender como montar uma estrutura para prover os recursos. Já a abundância é perceber que os recursos de que a gente precisa já existem, a gente só precisa conectá-los. Então basta qualquer pessoa baixar um aplicativo e, toda a vez que seu computador está ocioso, pode processar dados espaciais. E você escolhe quais pesquisas você quer que o seu computador processe. E essas pessoas não ganham nada em troca.

Mas essas pessoas também precisam pagar as contas no fim do mês. Como dá para viver de economia colaborativa?

Tudo isso é mais difícil se for pensado dentro das estruturas industriais, empresariais. Eu, por exemplo, gero minha renda dentro desse mundo. Eu presto meu serviço e as pessoas que veem valor

nessas habilidades me remuneram, ou a plataforma ajuda a me remunerar.

E, quanto mais troca tiver, é possível viver com menos dinheiro?

Você pode viver com menos dinheiro e manter a mesma qualidade de vida, no sentido de que pode acessar muita coisa de forma não monetária. Muitas coisas das quais a gente depende hoje tem a ver com o estilo de vida tradicional: comer fora, terceirizar os cuidados com os filhos, educar os filhos, hospedar-se em hotéis. São coisas que antes estavam inseridas nos processos da vida em comunidade.

A impressão que dá no público em geral é que os casos de sucesso da economia colaborativa são poucos.

Tem muita coisa acontecendo fora do radar. A maioria das pessoas só ouve falar do que é sucesso no sentido tradicional de sucesso, ou seja, que viraram grandes empresas, como Uber e Airbnb. A gente ouve falar muito menos do Couchsurfing, que não gera dinheiro, mas é uma rede enorme de viajantes que se recebem uns aos outros nas próprias casas, com o princípio da reciprocidade. Eu cedo meu sofá e sei que vou conseguir um sofá em outro lugar do mundo, sem precisar pagar um hotel. A Laboriosa 89 é um exemplo de sucesso, é um espaço de trabalho colaborativo em que qualquer um pode fazer a cópia da chave, e quem deseja que o espaço continue existindo contribui para pagar as contas. Não tem instância de tomada de decisão.

Tem aquele ditado de que cachorro com muitos donos morre de fome. Isso não acontece no Laboriosa, por exemplo?


Não. Parece que ou tem muito processo ou não tem nada, e aí é o caos. Lá a gente está começando a prototipar os processos para que a casa continue funcionando, mas sem hierarquias ou um grupo tomador de decisão. Criamos, por exemplo, caixas distribuídos para pagamento de água, luz, aluguel. Se faltou dinheiro para a luz e ela é cortada, os interessados em que a luz volte se juntam para pagar.


Qual o impacto da economia colaborativa para as contas nacionais e para a arrecadação de impostos? Uma furadeira pode ser compartilhada entre muitos, mas o sistema contábil e fiscal só registra uma transação, que foi a compra da furadeira.

Quando a gente fala em quebra de estruturas hierárquicas, a maior é o Estado, a forma como a gente se organiza politicamente. A nossa capacidade de regular vai muito além da transformação da realidade. A gente vai encontrar uma forma de regular e medir essas relações. Só que não precisa impedir que elas existam porque ainda não sabe como regulá-las. As instituições é que têm de evoluir, e não a gente voltar para trás. E há muitas alternativas para medir progresso além do PIB. Vai passar muito por isso: como medir troca de valor que não seja exclusivamente pela troca monetária. A questão da arrecadação seria no caso de não haver nenhuma transação monetária. Mas por que isso é um problema, se a gente está fazendo os recursos circularem de forma mais eficiente?

Outras turmas desafiaram estruturas de poder e paradigmas, como os anarquistas, os comunistas, os hippies, os punks. São ondas que sempre questionam e propõem outros modos de vida. Será que estamos em uma nova onda, protagonizada por esta geração?

Tem muito a ver com geração, internet, globalização, conexão. Invariavelmente surgem movimentos sociais contra o *status quo*. A única diferença é que a gente não precisa acabar com o sistema e implantar um novo. Tem dois livros de que gosto muito, *Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder e Fissurar o Capitalismo* (ambos de John Holloway). Não preciso pensar tanto no macro, em qual é a solução para o mundo. Eu crio uma solução local, conectada com outras pessoas, para melhorar a nossa qualidade de vida aqui, para ter uma relação mais justa aqui, para se reconectar com a natureza aqui. A gente tem as ferramentas para fazer isso. E ponto.

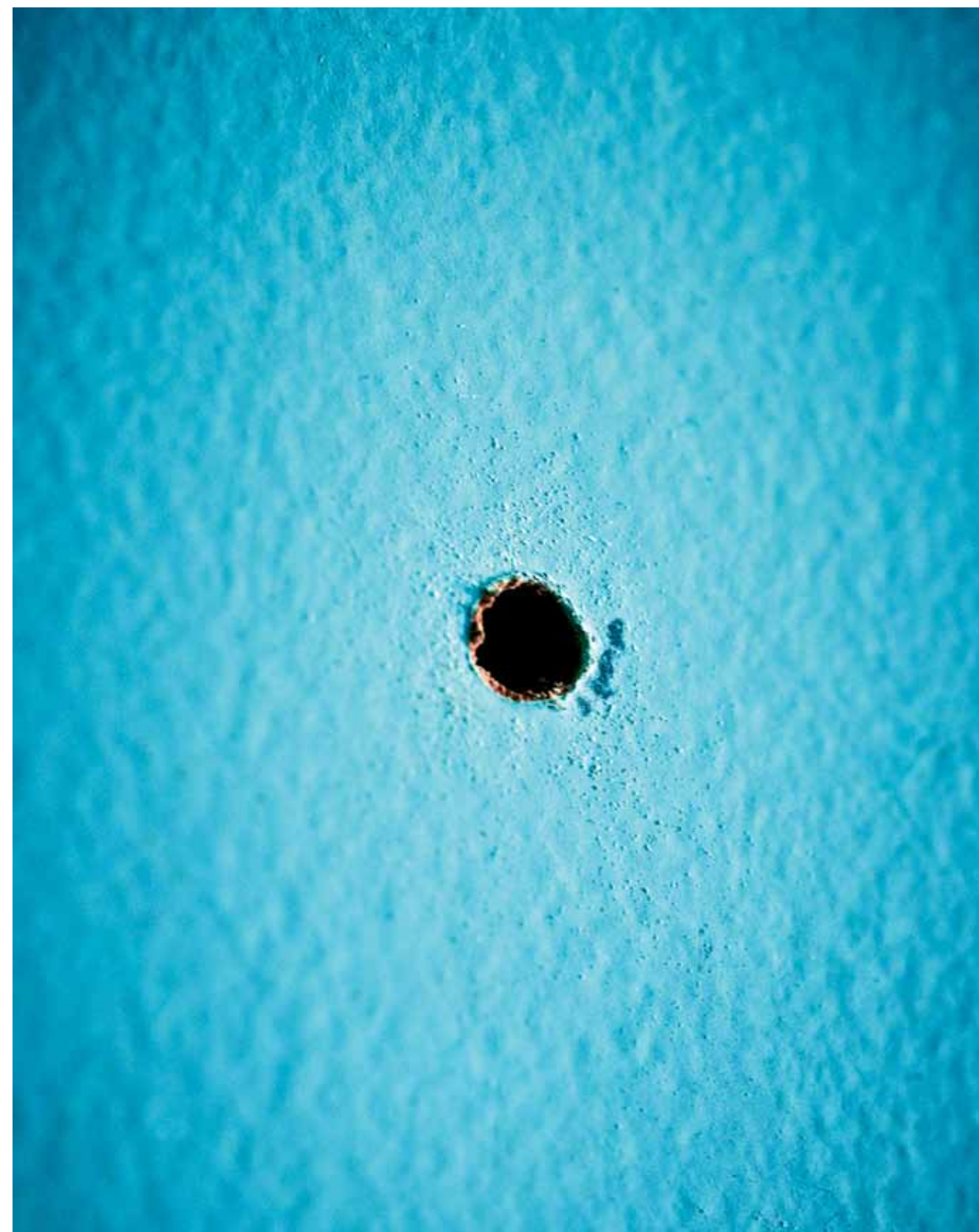
E, se está nas nossas mãos, tenho a impressão de que as instituições vão se esvaziando. Não há tentativa de mudar por cima. A gente vai fazendo... Esse movimento não tem a pretensão e não é organizado politicamente para revolucionar. Mas justamente por isso tem muito mais capacidade de mudança. Quem é capaz de acabar com o sistema? Ninguém e todo mundo. Então a gente está mudando a nossa vida em nível local e a de quem está ao redor. E, porque é um movimento social e de baixo para cima, é capaz de gerar mudança de forma tão rápida. Eu visiono esse futuro, mas pode ser que ele não aconteça. Nem por isso eu jogo essa experiência fora. 

 Leia sobre a história e o funcionamento do Cinese e assista a trechos da entrevista em vídeo na versão digital desta Entrevista em fgv.br/ces/pagina22.

O furo do **capitalismo**

Ao suplantando premissas como a competição e a posse de bens, a economia colaborativa se desdobra em um universo novo, vasto e muitas vezes contraditório. Outra forma de sociedade emerge, baseada na informação e no conhecimento

POR **DIEGO VIANA** FOTO **BRUNO BERNARDI**



A produção doméstica de lixo poderia cair 20% e o orçamento das famílias ser reduzido em 7%

A primeira vista, aplicativos para pedir táxi, alugar casas em viagem ou financiar projetos culturais valem sobretudo pela praticidade que oferecem, ao levar desconhecidos a uma relação direta, sem o intermédio do mercado. Mas esta é a superfície visível de um universo novo, vasto e muitas vezes contraditório, que envolve desde utopias ultracapitalistas até projetos de um mundo pós-capitalista. E mesmo essa nova praticidade suscita questões muito profundas: o que vai significar o trabalho nessa “nova economia”? Quem será responsável pela regulação, e como? Qual é o impacto sobre o meio ambiente?

“A economia compartilhada é um fenômeno muito recente, que tem distintas formas. Não se trata de um segmento da economia; é antes uma forma de conectar atores que permeia, em princípio, qualquer setor de atividade”, resume Dora Kaufman, pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). “Um dos seus atributos mais inovadores é permitir que indivíduos se agrupem e produzam algo compartilhado.”

O papel da tecnologia digital é enorme na construção da chamada economia colaborativa, em todas as variantes que assume. Embora tenha se consolidado a convicção de que o motor das economias modernas é a competição, sempre houve espaço para colaboração: no interior das firmas, nas famílias, nas cooperativas. Desta vez, muitos acreditam que a competição pode ficar em segundo plano (mais sobre cooperação em Artigo à pág. 33).

“As tecnologias digitais estão engendrando um novo tipo de sociedade, esta baseada na informação e no conhecimento”, prevê Kaufman. “Alguns autores creem que o trabalho e a posse dos bens não são mais o centro da estrutura social, e que o contexto geral do intercâmbio social e econômico, que foi competitivo na era industrial, será colaborativo.”

Uma transformação econômica de escopo tão amplo não poderia deixar de ter uma

enorme variedade de vertentes. Para a socióloga Juliet Schor, da Universidade Harvard, a economia colaborativa é difícil de definir, mas existem quatro categorias principais: fazer bens (usados) circularem; aumentar a intensidade de uso de ativos duráveis; trocar serviços diretamente; e compartilhar ativos produtivos. Tudo isso remete ao ano de 1995, quando surgiram o eBay, site de venda de produtos usados, e a Craigslist, página de classificados on-line).

Fala-se em colaboração quando a relação entre os indivíduos da rede é direta, ou seja, **peer-to-peer** (consulte Glossário à pág. 24), mas isso não significa que, em muitos casos, a plataforma não seja oferecida por enormes empresas. Hoje, por exemplo, o valor de mercado da plataforma **Airbnb**, de aluguel de apartamentos, é calculado em US\$ 13 bilhões. Segundo a consultoria PwC, os principais ramos da economia colaborativa com fins lucrativos vão movimentar US\$ 335 bilhões em 2035.

CONSUMO COMO FATO SOCIAL

Uma das formas mais simples da economia colaborativa é o chamado **consumo colaborativo**, em que pessoas alugam, emprestam ou até mesmo dão coisas entre si (mais em Artigo à pág. 41). Um efeito importante do consumo colaborativo é a redução da ociosidade: se um carro passa a maior parte do tempo na garagem ou estacionado na rua, por que não compartilhá-lo? Outro resultado é a redução do desperdício: há aplicativos que permitem repassar a outros a comida que foi comprada, mas não será consumida.

Nessa rubrica podem entrar coisas tão diferentes quanto o Airbnb, o RentEver, que ajuda os usuários a alugar qualquer coisa uns para os outros, ou as comunidades Freecycle, presente em inúmeras cidades do mundo, em que as pessoas oferecem a desconhecidos aquilo que, de outro modo, pararia no lixo. Até a agricultura é atingida pelas novas for-

Saiba mais em: goo.gl/QYEEEO

mas de consumo: empresas como FarmDrop e Open Food Network conectam consumidores urbanos diretamente a produtores rurais: os primeiros recebem dos segundos produtos agrícolas fresquinhos, em casa, sem passar pelas gôndolas dos supermercados.

Para Dora Kaufman, da ECA, não temos o hábito de pensar no consumo como um fato social. Mas isso é um erro. Por meio dele “nos relacionamos, nos expressamos, nos incluímos ou não em grupos”. A pesquisadora afirma que “o ato de consumir transcende a simples compra de um produto por necessidade básica. Já consumimos de forma distinta do que consumíamos na economia industrial”.

Em outros casos, a economia do compartilhamento aproveita as possibilidades das tecnologias da informação para oferecer seus produtos não como bens a vender, mas como serviços a contratar. A ideia é a de que o consumidor gaste menos por algo que, de qualquer modo, só usaria por um tempo curto. E não precisa se preocupar com um trambolho quando não está usando. É o caso dos serviços de aluguel de carro, como ZipCar e Car2Go: o usuário não precisa se preocupar em achar vaga, pagar IPTU ou fazer a revisão.

A redução dos desperdícios e o incentivo ao reúso levaram pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais (Iddri), de Paris, a se perguntar se a economia colaborativa tem uma tendência inata à sustentabilidade. Afinal, uma das justificativas para as cidades adotarem, por exemplo, sistemas de compartilhamento de bicicletas – a primeira foi a francesa Lyon – é o controle da emissão de poluentes. Os pesquisadores Damien Demailly e Anne-Sophie Novel concluíram que o potencial é grande: com uma boa administração de bens compartilháveis, a produção doméstica de lixo poderia cair 20% e o orçamento das famílias ser reduzido em 7%. Mas o potencial sustentável da colaboração só será atingido, eles afirmam, se houver um marco regulatório eficaz.

Em todos esses campos, um ponto comum é fundamentar-se na confiança e na reputação. Usuários do Airbnb, do Uber ou do Prosper são avaliados uns pelos outros; os que recebem boas avaliações conseguem fazer mais conec-

Veja em goo.gl/c7wkix

xões e, assim, prosperam. A filosofia por trás das avaliações é recuperar o sentido da confiança, fundamental para o funcionamento de qualquer economia, mas que andava abalada pelo menos desde a crise de 2008. Assim, a reputação tomaria o lugar da regulação – sobretudo estatal – como garantia de que os participantes das transações agem honestamente e com responsabilidade.

REPUTAÇÃO E REGULAÇÃO

Mas há sinais de que a mera reputação não basta. Casos envolvendo o Uber – assédio sexual; um seguro que não cobre atividades comerciais – e o Airbnb – sublocação irregular; abuso por parte dos locatários – mostram que pode ser necessário criar um ambiente regulatório para a economia colaborativa. Trebor Scholz, professor de mídia e cultura na nova-iorquina New School for Social Research, chama atenção para o fato de que a nova economia implica novas formas de trabalho, que, sem regulação, podem se tornar predatórias.

“Tudo que se torna digital pode ser explorado. Coisas como carros autoguiados, companhias de táxi baseadas em aplicativos e sistemas de **crowdsourcing** podem ser benéficos, mas também implicam vulnerabilidades para trabalhadores”, argumenta Scholz. “O digital permite novos modelos de negócios, novas cadeias de extração de valor e formas de divisão do trabalho, muitas das quais estão obstruindo seu potencial humanizador e emancipatório, ao mesmo tempo que comprometem a seguridade social.”

Scholz lembra também que grande parte desses negócios apoia-se em infraestrutura já existente, gerando renda através da otimização do uso e nada mais. Ao menos por enquanto, a economia colaborativa baseia-se, em grande medida, na boa e velha economia tradicional. E Kaufman argumenta que a lógica que regeu até hoje a economia industrial começa a ser superada. A pesquisadora cita a convergência entre o ato de produzir e o de consumir, além das perspectivas oferecidas por impressoras 3D e os nascentes projetos de geração e distribuição individualizada de energia, favorecida pelos chamados **smart grids**, para afirmar que as transformações da

O **smart grid** é uma tecnologia que permite às residências gerar e trocar energia elétrica de acordo com a necessidade

Saiba mais em: goo.gl/ELgnZS

Para Jeremy Rifkin, o grande motor dessa nova revolução econômica é a internet das coisas

economia colaborativa desafiam “o *modus operandi* da economia industrial”.

De fato, a realidade *peer-to-peer* há muito deixou de ser assunto de transferências de arquivos de mídia. Já é possível, por exemplo, encontrar bens de uso corrente sendo fabricados colaborativamente, usando **impressoras 3D** ou em laboratórios de fabricação comunitários (os **FabLabs**). Essas impressoras são um dos caminhos pelos quais os novos modelos econômicos transbordam o digital para ocupar o mundo físico.

Em 2012, o jornalista e empresário Chris Anderson lançou o livro *Makers*, em que a produção de bens físicos através de tecnologias digitais é tratada como uma nova revolução industrial, porque as novidades tecnológicas liberam o “excedente cognitivo” de uma multidão de indivíduos que, até então, apareciam como meros consumidores. Por exemplo, o engenheiro Joshua Pearce, da Universidade de Tecnologia de Michigan, acredita que o chamado **open-source design** está se tornando

um caminho viável para tornar a agricultura sustentável ao redor do mundo, facilitando a implantação de lavouras orgânicas. Pearce lembra que um terço do cultivo orgânico ocorre em países em desenvolvimento e, para os agricultores dessas regiões, a aquisição de maquinário por *open-source design* pode representar uma significativa redução de custos.

Por trás da interação direta entre pessoas, ativistas como o italiano Franco Berardi e filósofos como o francês Bernard Stiegler enxergam uma automatização das relações interpessoais. Embora nem sempre seja fácil notar, muitos dos encontros colaborativos são mediados por algoritmos controlados por empresas, cujo modo de funcionamento nem sempre é explícito. Por isso iniciativas como a Open Source Initiative (opensource.org) incentivam o uso de software de código aberto.

A combinação de tecnologias da comunicação, novas fontes de energia e revoluções do comportamento levou o sociólogo americano Jeremy Rifkin a afirmar que estamos entrando

■ Uma marca da eficiência econômica é que o preço de um bem seja igual ao custo de produção de cada nova unidade (o custo marginal). Se a produção da nova unidade não custa (quase) nada, o preço eficiente seria zero

na “economia do **custo marginal zero**”. É o caso de bens digitais: cada cópia nova de um arquivo sai praticamente de graça, de modo que ele pode ser livremente distribuído pelo mundo, em que pesem as questões de propriedade intelectual.

Para Rifkin, o grande motor da nova revolução econômica é a **internet das coisas**, que conecta bilhões de objetos físicos à rede (hoje, algo em torno de 11 bilhões no mundo; Rifkin estima que serão 100 bilhões em 2030), permitindo que sejam administrados com custo baixíssimo. “Centenas de milhões de pessoas estão transferindo pedacinhos de suas vidas dos mercados capitalistas para o mundo comum e colaborativo global”, escreve Rifkin.

Com efeito, a economia da colaboração também recuperou um antigo conceito econômico: os **comuns**. Na cultura digital, é cada vez mais frequente o uso das licenças Creative Commons, que permitem modular o nível de reserva da propriedade intelectual. Mas os comuns referem-se a tudo que não é propriedade individual nem é consumido individualmente: é o que pertence a todos, ao menos em tese, como o ar, em certas sociedades a terra e, no caso do Creative Commons, também o conhecimento.

Na tradição do pensamento econômico, a propriedade comum costuma ser considera-

da ineficiente, a ponto de conduzir à chamada tragédia dos comuns. O argumento é que os agentes econômicos têm incentivos para esgotar os bens comuns, principalmente a terra, porque competem entre si mas não se sentem responsáveis pelo coletivo. Mas a economista Elinor Ostrom, Prêmio Nobel de Economia em 2009, demonstrou que a tragédia dos comuns não é tão trágica quanto parece. Ao contrário, os usuários de um bem comum sempre encontram meios de cooperar para administrá-lo satisfatoriamente para todos, contanto que se sintam em contato próximo com ele.

Seguidores de Elinor Ostrom procuram entender a lógica dos comuns à economia global. O jurista Brett Frischmann, autor de *Infrastructure: The social value of shared resources*, acredita que o exemplo da administração de recursos naturais a partir da noção de *commons* pode ser um ponto de partida para formular as políticas públicas e as legislações que organizarão o uso das ferramentas da nova economia, além das relações de produção e trabalho. E, quando os conceitos de comuns, colaboração e cooperação estiverem servindo de base para a formulação de marcos legais, estará claro que a economia da colaboração veio para ficar. ■

■ Mais em creativecommons.org.br. A PÁGINA 22 é adepta da licença

■ É a distribuição livre e on-line do desenho industrial, com a qual alguém pode criar um novo projeto de máquina, móvel ou o que for e permitir sua reprodução

GLOSSÁRIO

Alguns verbetes do universo colaborativo usados ao longo desta edição:

- **Comuns** – Originalmente, os *commons*, ou comuns, designam recursos compartilhados pela sociedade, como o ar, a terra e o conhecimento. Na internet, o termo ganhou um cunho cultural e político, fundando novas formas de propriedade intelectual, como as propostas pela organização não governamental Creative Commons.
- **Consumo colaborativo** – Em vez de comprar um bem que será pouco usado, é possível alugá-lo, tomá-lo emprestado ou trocá-lo com desconhecidos. Do compartilhamento de carros à livre doação, o acesso aos serviços é mais importante que a posse dos bens.

- **Crowdsourcing, crowdfunding** – Multidões digitais e anônimas viraram fonte de conteúdo e financiamento. Sites como a Wikipédia são *crowdsourced*: recebem conteúdo da multidão. Sites como o Catarse são plataformas de *crowdfunding*, o financiamento coletivo.
- **DIY, FabLabs, Makers** – *Do-it-yourself*, *fabrication laboratory* e movimento *maker* são vertentes de novos modos de produção usando tecnologias digitais. Os *FabLabs* são pequenas oficinas que se dizem capazes de fazer “quase qualquer coisa”.
- **Hackerspaces** – Assim como os *Fablabs*, são espaços de encontro onde as pessoas trocam experiências e podem trabalhar juntas em projetos digitais. Também são espaços de aprendizado, com *workshops* e cursos.
- **Impressoras 3D** – Com esses dispositivos, capazes

de imprimir objetos cada vez mais complexos a partir de arquivos transmitidos pela internet, é possível, por exemplo, transmitir instruções para criar bens de consumo ou ferramentas.

- **Internet das coisas** – Aos poucos, os objetos do dia a dia vão sendo conectados à rede, enviando dados sobre seu uso para os algoritmos que regem sua gestão. A administração de fluxos e estoques, por exemplo, fica mais eficiente.
- **Moedas complementares** – Dos clubes de troca aos algoritmos conhecidos como criptomoedas (por exemplo, Bitcoin), buscam escapar à instabilidade das moedas oficiais, além de promover trocas comunitárias e evitar as taxas dos bancos.
- **P2P** – Corruptela de *peer-to-peer*, ou a relação direta

entre membros de uma rede, sem passar por uma instância central. Usada para referir-se a tecnologias digitais, como *torrents* (extensão que permite a transferência de arquivos entre usuários), também designa redes de solidariedade no mundo real.

- **Wiki** – Criada por Ward Cunningham, a tecnologia da Wikipédia é simples: consiste numa aplicação de texto com código fácil, que permite adição, supressão e modificação por qualquer pessoa. Na língua havaiana, *wiki* significa “ligeiro”.
- **Uber, Airbnb, Prosper** – Essas empresas estão entre as mais bem-sucedidas da economia colaborativa visando o lucro. Por meio de uma plataforma, permitem que os usuários interajam e negociem de forma direta serviços de transporte, de hospedagem e financeiros, respectivamente.

Elaboração: Diego Viana



Festival de **sonhos**

FOTOS **DUNCAN RAWLINSON**
TEXTO **MAGALI CABRAL**

Um retrato do espírito colaborativo, mais do que possível, é inevitável quando o cenário é o Festival Burning Man, em Black Rock, região do Deserto de Nevada (EUA). As imagens feitas por Duncan Rawlinson são o extrato de um encontro especial. De dezenas de milhares de pessoas doando uma forma de expressão qualquer. Ou tentando descobrir dentro de si algo que possa compartilhar. Ou estando lá apenas por estar. Para olhar, se divertir e experimentar. O fogo coroa o festival-poema e no deserto fica só o deserto.







Monopoly e frescobol

Perscrutando qualquer sistema social e econômico, o que encontramos é a convivência de formas de competição e colaboração, concorrência e cooperação

Uma anedota pode servir para ilustrar o bailado de opostos em que estão sempre envolvidas as noções de colaboração e competição, como uma espécie de *yin* e *yang* econômico. Essa anedota pode ser chamada de "estranho caso do Banco Imobiliário". O tradicional jogo de tabuleiro, cujo nome original – *Monopoly!* – tem a vantagem da sinceridade, consagrou-se como sucesso mundial com um formato praticamente oposto ao imaginado por sua inventora, e por isso é interessante.

Em 1906, a professora americana Lizzie Magie queria ensinar a seus alunos o pensamento do autor socialista Henry George. O eixo principal dessa teoria era a ideia de que a concentração da propriedade fundiária seria a grande causadora da miséria. Magie criou então o *Landlord's Game*, que pode ser traduzido como "jogo do senhorio", ou, para dar ares brasileiros, "jogo do latifundiário". Uma das alternativas era jogar do modo que ficou consagrado mais tarde: cada um tentando dominar o máximo possível do território para extrair renda. Ganha quem obtiver o monopólio dos territórios e levar os adversários à asfixia financeira.

Mas havia uma outra possibilidade: cada um contribuir com suas próprias posses para que, em colaboração, todos prosperassem juntos. É claro que, para dizer o mínimo, a repercussão foi decepcionante. Fora o frescobol, não consigo imaginar um jogo bem-sucedido em larga escala no qual os interesses dos jogadores convirjam. O jogo didático de Magie apelava a uma racionalidade de longo prazo inexistente no universo dos jogos, que apelam a um instinto de rivalidade e vitória.

A trajetória do jogo para tornar-se como o conhecemos é contada por Christopher Ketcham no artigo "Monopoly is Theft". O que chama atenção é que *Monopoly* alcançou o sucesso quando extirpou uma das alternativas: competir



colega uma ferramenta emprestada dificilmente ouvirá como resposta: "O que eu ganho com isso?" Se essa fosse a regra, a economia sucumbiria a uma vertigem de negociações.

Entretanto, os recursos são escassos: entra em cena o segundo princípio, a "troca", e com ela a competição e o cálculo de equivalências, implicando uma relação determinada no tempo, que pode ser reiniciada, ao contrário da pura colaboração, que sugere continuidade. Mas existem diferenciais de poder, que se cristalizam em "hierarquia", e se desviam da equivalência na medida em que formam identidades precisas. As relações se dão por hábitos adquiridos e é preciso eficiência para que as coisas aconteçam.

Graeber mostra como atividades diversas clamam por diferentes modos de organização, convivendo em diferentes graus, segundo o ponto de vista do observador e as idiosincrasias da sociedade. Um mundo fundado na competição, como o moderno, deixa espaços, embora marginais, para a cooperação (nas famílias, nas firmas) e a hierarquia (nas empresas, no Estado). Um sistema hierárquico, como o feudal, envolve enormes competições (entre nobres, por exemplo) e a profunda necessidade de cooperação.

Por isso, quando começa a tomar corpo a economia da colaboração, o mais relevante não é a mudança da prática, mas a do foco. A colaboração não suplanta nem a competição nem a hierarquia. Seria uma ilusão pensar que a escassez desaparecerá, ainda que certos bens, e até mesmo a energia, tenham custo marginal zero, como aponta Jeremy Rifkin. Antes, o que a economia colaborativa traz de transformador é a ampliação de um horizonte que, por tanto tempo, esteve encerrado nos antolhos da pura competição. E isso não é pouco.

sempre, colaborar jamais. Parece ser a versão lúdica da divisão caricatural entre competição e cooperação, que se cristalizou na imaginação moderna.

Mas no jogo, como no mundo, a caricatura esconde nuances bem mais finas. Perscrutando qualquer sistema social e econômico, o que encontramos é a convivência de formas de colaboração e competição, concorrência e cooperação. Se um dos extremos fosse alcançado, acontecería como no jogo de Magie: ou bem a perda de interesse por falta de disputa, ou uma economia morta por asfixia, com a absoluta concentração dos recursos na mão do monopolista.

O *Celsius* – o desafio dos 2°C é um exemplo de jogo que premia a colaboração e articulação entre os players. assista a vídeo em goo.gl/UKW34 Leia em goo.gl/1SZbX



Aldeia **2.0**

Como o novo aparato tecnológico impulsiona o ecossistema econômico fundamentado nas noções de colaboração e de compartilhamento

POR **FÁBIO RODRIGUES**
FOTO **DUNCAN RAWLINSON**

Em meio às inovações que a internet tornou possíveis, talvez a mais disruptiva seja ela mesma

Foi o típico caso de mirar o que via e acertar o que não tinha como ter visto. Em 1962, quando o filósofo canadense Marshall McLuhan cunhou o termo “aldeia global” para descrever o sentimento de que a comunicação de massas estava tornando o mundo menor, não havia como antecipar que a revolução digital abalaria o mundo em ondas sucessivas pelas décadas seguintes. Tampouco o quanto isso desdobraria o conceito que descreveu no clássico *A Galáxia de Gutenberg*.

A popularização da internet a partir dos anos 1990 subverteu absolutamente tudo. Onde só havia sistemas centralizados e hierárquicos nos quais os fluxos partiam necessariamente de um único ator até chegar a vários milhões de usuários/consumidores começaram a proliferar sistemas não lineares em que qualquer pessoa poderia produzir e distribuir o que quer que fosse.

É nessa emergência da chamada → **web 2.0** que o embaixador da → **OuShare** no Brasil, Tomás de Lara, identifica um dos pontos de partida de uma nova forma de pensar a economia pautada pela colaboração, e não pela competição e o acúmulo desmedidos. “Quando o usuário vira o gerador do conteúdo, ele deixa de ser o consumidor e passa a ser o protagonista”, afirma, apontando a Wikipédia – projeto lançado em 2001 – como o grande exemplo de criação colaborativa. “Ela tem esse aspecto da multidão fazendo algo junto”, diz o entrevistado.

Não quer dizer que o tiro de largada tenha sido dado só depois dos anos 2000. O → **Napster** e o movimento do → **software livre** foram precedentes importantes ao popularizarem a noção de que o público podia gerar abundância. “O software livre mostrou que dava para desenvolver produtos complexos de forma colaborativa”, aponta Cezar Taurion, que atuou por 12 anos como diretor de novas tecnologias na IBM antes de fundar a Litteris Consulting.

Em meio à imensidão de inovações incríveis

que a internet tornou possível, talvez nenhuma seja tão disruptiva quanto ela mesma. Segundo Max Nolan Shen, que se autoidentifica como um *cultural hacker*, da consultoria Dervish, esse foi o primeiro contato real do público em geral com o conceito das redes abertas e distribuídas que, aos poucos, está se espalhando para outras áreas. “Isso tudo está influenciando a sociedade, que está ficando mais aberta e transparente. Sistemas centralizados estão em crise, sejam eles os governos, as religiões, sejam as empresas”, analisa.

REVOLUÇÃO

Mas a internet pode nem ser mais o fator dinâmico no processo que estamos vivendo agora. Talvez não seja coincidência o fato de as novas formas de economia terem ganhado tração só depois que o bom e velho computador pessoal começou a ceder espaço para as tecnologias móveis. Essa é a opinião de um dos pioneiros do Vale do Silício e fundador do Burning Man (*quadro à página 38 e Retrato à pág. 26*), Michael Mikel. “A internet permitiu a troca de informações, mas isso não é mais novidade. O que há de novo nesse cenário são os aparelhos e os aplicativos móveis que, por sua simplicidade de uso, são fundamentais na propagação dessas ideias”, opina.

O que alimenta esse processo ainda é a expansão quase miraculosa do poder de fogo dos microprocessadores que – ao fim e ao cabo – nos permite fazer cada vez mais coisas com cada vez menos equipamento. “Em média, a capacidade computacional dobra a cada dois anos. Um smartphone de hoje tem a mesma capacidade do *data center* que a Nasa tinha quando levou o homem à Lua”, destaca Taurion.

Junte nisso novidades como a → **computação em nuvem** e a → **geolocalização** e estão dadas as condições para que muita coisa interessante aconteça. E o que está emergindo desse caldo extrapola, em muito, os limites do mundo virtual. A geração que cresceu acostumada a socializar seus arquivos de música

em massa começa a pensar que já está na hora de os átomos entrarem também na dança. “A internet foi o primeiro *boom*. Agora estamos descobrindo o que dá para fazer no mundo real indo além da internet”, adianta a arquiteta e diretoria-executiva do **FabLab** (consulte Glossário à pág. 24) Brasil Network e fundadora da consultoria We Fab, Heloisa Neves.

Esse aspecto mais cultural também é destacado por Mikel na hora de justificar por que razão essa transformação está acontecendo agora. “A questão não é só tecnológica, a evolução das ideias também é muito importante”, opina.

É uma mudança de paradigma que tem potencial para oferecer respostas interessantes aos – cada vez mais – evidentes limites da economia de consumo. “Hoje, nosso modelo econômico é unidirecional: você extrai a matéria-prima, processa e faz produtos que são quase descartáveis. Esse sistema está se tornando inviável”, analisa Cezar Taurion. O consultor acrescenta que o grande pulo do gato tem sido encontrar maneiras de usar essa nova camada computacional para converter produtos em serviços. “Estamos indo de uma economia do produto para outra baseada em serviços. Um produto é algo que precisa ficar sempre com você para ser usado, já um serviço é ‘compartilhável’”, completa.

OTIMIZAÇÃO

O compartilhamento veio a ser a pedra angular de uma nova geração de serviços on-line que procuram criar valor otimizando bens amplamente disponíveis. Foi esse o truque que levou *start-ups* como → **Uber** e → **Airbnb** a torna-se empresas bilionárias em uns poucos anos. “Há uma abundância enorme que não está sendo devidamente utilizada”, resume Max Nolan.

A verdade é que a economia do produto tolera quantidades surpreendentes de desperdício. “Um carro chega a ficar 90% do tempo parado e isso não faz sentido”, exemplifica Rafael Taube, que há dois anos fundou a Joycar, empresa de aluguel de automóveis por períodos curtos por meio de uma plataforma digital – conhecida como *carsharing*. “Já os

nossos carros estão constantemente sendo utilizados”, arremata.

De acordo com Tomás de Lara, a intensidade de uso dos veículos no modelo *carsharing* chega a se multiplicar por seis. “Imagine se isso vira *mainstream*? A demanda por carros novos poderia cair seis vezes! É menos borracha para pneus, alumínio para lataria, aço para estrutura, vidro... é algo disruptivo”, pondera, ressaltando que a economia colaborativa “ajuda o mundo no uso eficiente de recursos materiais, financeiros e intelectuais”.

A Sampa Housing ataca outro tipo de problema: o excesso de imóveis vazios na capital paulista. “Existe uma quantidade grande de apartamentos não locados em São Paulo”, explica Alexandre Lafer Frankel, CEO da Vitacoin, incorporadora que há cerca de nove meses comprou a *start-up*.

A proposta da Sampa Housing é fazer com que os proprietários cadastrem seus imóveis na plataforma. Estes então passam por um processo de “curadoria” – para verificar se atendem aos padrões de qualidade – e, se aprovados, são oferecidos em um sistema desenhado com simplicidade. “Alugar um imóvel é uma experiência desgastante, mas pela internet fica tudo muito mais fácil. A beleza desse modelo é que ele junta o físico e o virtual para reinventar atividades que já existem há muito tempo”, explica.

Os benefícios dessa abordagem não são apenas difusos. Há bons motivos pessoais para trocar a posse definitiva de alguns bens por sistemas que permitam acesso a eles quando necessário. “Não tem passivos como impostos, seguros e manutenção. Claro que esses custos ainda vão existir, mas serão distribuídos”, afirma Tomás de Lara.

As vantagens são tão palpáveis que, em mais ou menos um semestre, a Basf – um dos clientes corporativos da Joycar – saiu de 1 carro compartilhado para 7. “Os resultados foram além da expectativa. Eles queriam oferecer só uma solução extra de mobilidade, mas tiveram retorno financeiro”, afirma Taube. Frankel também comemora o potencial do crescimento da Sampa Housing, que já conta

➤ O termo popularizou-se a partir de 2004 para descrever a onda da internet em que iniciativas voltadas para o *user generated content* ganharam proeminência

➤ Rede internacional de origem francesa dedicada ao tema da economia colaborativa. Fundada em 2012, sua face mais visível é o *OuShare Fest*

➤ Lançado em 1999, foi pioneiro entre as redes de compartilhamento de arquivos no modelo P2P. Fechou em 2001 em decorrência de um processo movido pela indústria fonográfica

➤ Filosofia de desenvolvimento de softwares que permite a qualquer usuário o acesso e a possibilidade de modificar os códigos-fonte dos programas

➤ O Uber é um serviço similar ao dos táxis, mas prestado por motoristas comuns que só precisam cadastrar-se na plataforma da empresa

➤ O Airbnb permite que indivíduos ofereçam espaços para aluguel, seja um imóvel vago, seja um quarto. Normalmente é usado para locações por curta temporada em substituição a hotéis convencionais

➤ Na computação em nuvem, um terminal pode acessar dados e recursos de outro computador por meio da internet

➤ Capacidade de identificar com precisão a posição geográfica de um aparelho como um celular ou computador

Soluções para converter produtos em serviços são o pulo do gato

Chega ao Brasil o *hoffice*, compartilhamento de *home offices* entre profissionais

com mil imóveis cadastrados e planeja triplicar esse número até o fim do ano para dar conta de uma fila de espera que já chega a 2 mil pessoas.

FATOR DE PRODUÇÃO

Usar a colaboração para economizar uns trocados com imóveis e carros pode ser apenas a ponta do iceberg. Há outras possibilidades. Em muitos casos, a colaboração tem sido um vetor para a geração de riqueza.

Novidade há alguns anos, os espaços de *coworking* já são parte consolidada da paisagem, tanto que o House of Work vem se desdobrando para incluir projetos ligados à gastronomia e educação. Segundo o seu proprietário, Wolfgang Menke, embora o atrativo inicial seja o preço mais em conta em rela-

ção a ter um escritório próprio, esses espaços querem ser mais do que uma “república de empresas”. “Você traz as pessoas para compartilhar porque fica mais barato, mas acaba compartilhando ideias. Graças a esse fluxo de informações constantes e randômicas você abraça causas que nem imaginava e gera novos negócios”, avalia.

Radicalizando sobre esse conceito, Max Nolan está trazendo para o Brasil o *hoffice*, no qual profissionais que trabalham em regime *home office* abrem suas casas uns para os outros. Criado no fim de fevereiro, o grupo *Hoffice* São Paulo do Facebook já conta com 535 pessoas. “Você só precisa de um espaço agradável onde as pessoas possam trabalhar sem aperto, um bom *wi-fi* e generosidade de abrir sua casa. Acho que estamos no começo

de um movimento que vai explodir”, diz Nolan, confiante.

E que tal se, além do escritório, desse para compartilhar uma fábrica inteira? Bem ou mal, essa é a proposta dos *fab labs* e dos *maker spaces*. “Um *fab lab* é uma plataforma onde pessoas se encontram para materializar ideias através de máquinas de fabricação”, explica Heloisa Neves, da rede Fab Labs Brasil, que contabiliza 11 desses espaços em plena atividade “e mais um a caminho”. De acordo com ela, esses espaços acabam se tornando o ponto focal para o aparecimento de novos negócios. “O Garagem foi um dos pioneiros e funcionou mesmo como uma incubadora”, conta.

As facilidades trazidas pelas estratégias de colaboração para os empreendedores são celebradas por Cezar Taurion. “Você quebra o modelo em que era preciso ter acesso ao grande capital para conseguir uma série de coisas que, hoje, a tecnologia me permite fazer quase de graça”, comemora.

RETOMANDO A VIZINHANÇA

Esse barateamento de processos de grande escala torna viáveis iniciativas que colocam de lado a ideia de operar como empresas convencionais e apontam para uma direção mais comunitária.

Há cerca de um ano, a estudante carioca de publicidade Camila Carvalho lançou o site *Tem Açúcar?*, por meio do qual é possível pedir emprestado praticamente qualquer coisa para outros usuários que morem nas redondezas. Bancado de seu próprio bolso, o sucesso do site – que já tem 40 mil cadastrados – superou as expectativas da criadora. “É um número bem maior do que a gente esperava, o que mostra como a vontade de compartilhar é grande”, informa. Hoje, a estudante está em busca de investidores para ampliar a plataforma.

A grande inovação do *Tem Açúcar?* foi olhar para o passado e tentar resgatar um pouco do espírito de vizinhança que se per-


deu nas grandes cidades – o próprio nome do site surgiu da imagem nostálgica da vizinha que aparece para pedir uma xícara de açúcar. “Nossa meta é resgatar essas relações quebrando o gelo de bater na porta de um vizinho. Você não precisa bater em 30 portas diferentes para encontrar o que quer, mas tem de se abrir para esse contato pessoal [*de receber quem vai buscar ou devolver um objeto*]”, explica Camila Carvalho.

Já os empreendedores Arthur Felizzola e os irmãos Fábio e Marcelo Chaar estão tentando encontrar um caminho do meio. O primeiro deles é cocriador do *Closit!*, por meio do qual os usuários podem vender peças de roupa e acessórios de segunda mão. “Ele permite que peças usadas

sejam recolocadas no mercado e que se crie valor nesse processo. Nossos usuários podem redistribuir o que não usam, diminuindo o consumo e aumentando o ciclo de vida dos produtos”, descreve.

É um espírito similar ao do *Avisaí* desenvolvido pelos irmãos Chaar. O aplicativo – que, por enquanto, só funciona na área da Grande Belém – conecta moradores e fornecedores locais. “Isso permite aos pequenos comerciantes fomentarem seus negócios”, explica Marcelo Chaar.

Para que isso dê certo é preciso que haja confiança entre os usuários. Esse é um problema que, aos poucos, a tecnologia também está ajudando a resolver por meio de mecanismos que rastreiam a reputação de cada usuário e indicam se ele é – ou não – confiável. “Quando vivíamos em tribos, você conhecia as pessoas e podia desenvolver a relação de confiança necessária ao compartilhamento de recursos”, afirma Michael Mikel.

Como o mundo mudou radicalmente de lá para cá, Mikel destaca a necessidade de encontrar outros caminhos. “Somos uma tribo muito maior agora e, com as tecnologias, podemos colaborar em escalas muito maiores que no passado”, conclui o uns dos pioneiros do Vale do Silício. 

O Tem Açúcar? é um projeto que aproxima vizinhos no Rio de Janeiro

 Espaços compartilhados que oferecem toda a infraestrutura de um escritório para empresas ou profissionais autônomos

ENCONTRO OFF-LINE

Em quase três décadas, o festival Burning Man tornou-se um propagador de ideais comunitários e de colaboração. E chegam a influenciar muitas empresas pontocom no Vale do Silício




Em 1986, um par de doidões da Califórnia – Larry Harvey e Jerry James – construiu um boneco de madeira que carregaram até uma praia ao norte de São Francisco onde, sob aplausos de alguns amigos e umas poucas dezenas de curiosos, botaram fogo na criação. Gostaram tanto do feito que resolveram fazer disso um compromisso anual. Foi desse começo improvável e espontâneo que nasceu o Burning Man, festival anual que, em 2014, reuniu quase 66 mil pessoas em Black Rock, uma região no Deserto de Nevada onde fincou raízes.

“O Burning Man é um experimento em comunidade”, resume Michael Mikel, que participa do evento desde sua terceira edição e é um dos seis membros do Conselho dos Fundadores. “Muita gente tem sua primeira experiência comunitária real quando vem ao festival”, completa (*mais em Retrato à pág. 26*).

O caso é que não se trata de uma festa turbinada, mas de um evento de vanguarda cuja espinha dorsal é um conjunto de 10 princípios que favorecem reflexões profundamente identificadas com o tema da economia colaborativa (*veja em goo.gl/O4fniH*). “O que o Burning Man quer é criar uma forma alternativa de pensar, e quebrar preconceções que temos do mundo”, diz.

Não seria nenhum exagero ver o DNA do Burning Man na forma como o Vale do Silício vem abraçando o novo paradigma da economia colaborativa. Nesses quase 30 anos, o festival se tornou o ponto de encontro não oficial da indústria de alta tecnologia. “Afetamos muitas companhias pontocom, não somente por meio dos indivíduos que as fundaram, mas também nas ideias que estão por trás delas”, confirma Mikel.

Ele mesmo é prova dessa influência. Além de incluir passagens por muitas das pioneiras do mundo *hi-tech*, Mikel foi o responsável pela primeira linha de produção robótica nas fábricas da Apple em 1986.

 Veja em goo.gl/Kno351  Saiba mais em livrofablab.wordpress.com  garagemfablab.com



Água a qualquer custo?

Rio protegido por reserva ecológica está na mira das obras para o abastecimento de São Paulo, sem estudo de impacto ambiental

O cenário ao longo da escorregadia trilha de 13 quilômetros montanha abaixo entre o distrito de Taiapuêba, em Mogi das Cruzes (SP), e Bertioga (SP), no litoral, retrata um dilema bem diferente do enfrentado pelos colonizadores portugueses que viam no relevo da Serra do Mar um obstáculo para desbravar os sertões. No início do percurso, a Mata Atlântica encontra-se em processo de regeneração natural, após séculos de impactos causados por diferentes ciclos econômicos, e é enriquecida por plantio de palmito-juçara. A palmeira nativa atrai fauna em busca de alimento e esta, por sua vez, dispersa sementes de várias espécies para o crescimento da floresta. A cobertura vegetal íntegra, mantida por um grande esforço de conservação em lugar tão próximo de cidades populosas, protegeu valiosos estoques de água – e é exatamente aí que está a polêmica.

A questão recai sobre o Rio Itatinga, manancial hoje visto pela Sabesp, a companhia de abastecimento de São Paulo, como estratégico para evitar torneiras vazias na maior metrópole brasileira. O plano emergencial de obras, arquitetado a toque de caixa, prevê captar ali 1,2 mil litros por segundo para nutrir represas que estão poluídas e obrigam alto custo de tratamento. “É preciso transparência para não haver conflitos, porque a água é da população de Bertioga”, diz Paulo Groke, diretor de sustentabilidade do Instituto Ecofuturo, ligado à indústria de papel e celulose Suzano. Ele pergunta: “De que adianta conservar um rio em quase toda a sua extensão, se um trecho mais abaixo sofre impactos para beneficiar outra região, sem compensação para quem o protege?”

O Parque das Neblinas, reserva particular de 2,8 mil hectares mantida pela instituição ao custo de R\$ 1 milhão por ano, abriga as nascentes e todo o percurso do Itatinga no alto da serra, antes da



descida em direção do mar. Nele vivem peixes ameaçados, como o lambari *Coptobrycon bilineatus*, que havia sido coletado por cientistas pela última vez em 1915 e foi achado na área durante o levantamento da fauna para o plano de manejo. Uma das 35 espécies de mamíferos é o muriqui, o maior primata das Américas.

Voltada para a educação ambiental, a reserva guarda antigas árvores de eucalipto, herança dos tempos em que a área foi usada para experimentos pioneiros de silvicultura e plantios para abastecimento da indústria de celulose. Antes disso, a Mata Atlântica era convertida em carvão para as siderúrgicas. Mas, com o aperto das leis ambientais e a dificuldade da mecanização em relevo íngreme, constatou-se que a floresta da região poderia valer mais em pé do que derrubada. Até que hoje, diante da crise hídrica, os olhares se voltaram para a água lá estocada.

No fim do ano passado, com receio de colapso no abastecimento dos veranistas no Réveillon, a Sabesp fez uma captação emergencial durante quatro dias, dentro do Parque das Neblinas, com 5 quilômetros de tubulação até o Guarujá. Depois cogitou fazer uma barragem para desviar 2,8 mil litros por segundo, o que implicaria a inundação da floresta. No final, o projeto previu retirar um

volume menor, fora da reserva privada.

O governo estadual tem argumentado que seguir o rito ambiental impedirá trazer a água para a população. Apesar disso, o Ministério Público exigiu informações sobre os estudos de impacto ambiental da obra, ainda não apresentados. O Itatinga é importante para o equilíbrio ecológico dos manguezais, em Bertioga. Além disso, nele está localizada uma das hidrelétricas mais antigas do País, inaugurada em 1910, hoje responsável por 60% da energia necessária às operações do Porto de Santos, o maior do Brasil e da América Latina. E a menor vazão do rio, decorrente da captação da água, pode prejudicar o funcionamento da usina.

“Após o carvão e o eucalipto, nossa salvação está no turismo”, afirma Paulo Pinheiro de Souza, o Zé Ferro, um contador de causos, ex-caçador e ex-funcionário de siderúrgica que hoje se dedica a cultivar cambuci, fruto nativo de mil e uma utilidades. Uma atração é a trilha que desce a Serra do Mar, beirando o Itatinga até uma vila histórica ao pé das montanhas. No caminho há mirantes com vista para o oceano. E também cachoeiras. Naquela floresta protegida, escudo contra ocupações urbanas irregulares, água não falta. Mas é preciso saber usá-la.



Colaboração na economia de mercado

Na “evolução” do comércio tradicional, é possível consumir e compartilhar recursos sem perder as liberdades individuais nem sacrificar o estilo de vida

Colaborar, compartilhar ou cooperar não significa agir em prol do coletivo e abrir mão da própria individualidade. Periódicos de ciência, de psicologia social e de economia transbordam com artigos sobre a auto-organização das formigas, a “inteligência” de um enxame de abelhas e a cooperação de um cardume de peixes para se livrar de um predador maior.

Todos esses comportamentos, cada vez mais evidentes em teorias sociais, negócios e histórias pessoais, apontam para uma onda socioeconômica emergente, em que o ato de juntar e compartilhar está sendo reconhecido como forma atraente e valiosa de colaboração e comunidade. Segundo o livro *O Que É Meu É Seu: Como o consumo colaborativo vai mudar o seu (o nosso) mundo*, essa onda é o consumo colaborativo.

De acordo com os autores, o consumo colaborativo busca pôr em vigor um sistema em que as pessoas dividem recursos sem perder liberdades pessoais nem sacrificar seu estilo de vida – esta é a visão da cientista política da Universidade de Indiana Elinor Ostrom, a primeira mulher a receber um Nobel de Economia, em 2009. Além disso, esse consumo permite que as pessoas, além de perceber ganhos enormes do acesso a produtos e serviços em detrimento da propriedade, economizam dinheiro, espaço e tempo, divertem-se e geram benefícios ambientais significativos.

O resgate histórico apresentado na obra aponta o surgimento do termo “consumo conspícuo” (ou consumo ostentatório), trazido pela primeira vez em 1899 para descrever os novos ricos do século XIX, caracterizados por serem pessoas ansiosas para mostrar sua riqueza e seu poder social. Familiar à nossa era ou não, o excesso do consumo de massa começou na década de 1920 e explodiu em



meados dos anos 1950, quando oficialmente estreou o hiperconsumismo e um dos nossos maiores desafios: lidar com o vício inebriante de definir uma parte tão grande de nossas vidas pela propriedade e pela interminável lista de coisas que temos de possuir.

Os autores acreditam que a transformação se dará em decorrência das pessoas em seus papéis de consumidores, à medida que deixem de se identificar com formas desequilibradas, centralizadas e controladas de consumismo e migrem para meios de compartilhamento, agregação, abertura e cooperação.

De acordo com o estudioso chileno Humberto Maturana, os seres humanos não são apenas animais políticos, mas, sobretudo, “animais cooperativos”. Para ele, a cooperação é central na maneira humana de viver, como uma característica da vida cotidiana fundamentada na confiança e no respeito mútuo.

Nessa linha, os autores do livro defendem que nos encontramos em uma época otimista e decisiva de mudança, em pleno período de transição e recriação do nosso sistema de consumo, que vem sendo construído de maneira a atender às nossas necessidades humanas básicas de comunidade e de reconhecimento individual. Os caminhos para as transformações que nos tirem

do transe de consumo em que vivemos nos últimos anos vêm acompanhados de um desejo de reviver formas negligenciadas de capital social e de encontrar um propósito e uma história autêntica por trás do que compramos, produzimos, fazemos e criamos. Para isso, o *O Que É Meu É Seu* enuncia três valores centrais da nova consciência de consumo: simplicidade, rastreabilidade e transparência, e participação ativa.

Para que novos hábitos, ideias e visões tenham sucesso, é necessária uma rede de relações e de plataformas de comunicação colaborativa que transformem princípios em comportamentos em uma escala global. As mudanças de que o livro trata, da perspectiva do ‘meu’ para o ‘nosso’, estão ocorrendo no momento em que há uma confluência desse desenvolvimento tecnológico (internet) e cultural.

Não há uma perspectiva clara para traçar o futuro exato do consumo colaborativo. O que se percebe são características marcantes e tendências que indicam como esse fenômeno está evoluindo. Observa-se também que tanto a sustentabilidade quanto a comunidade são partes inerentes e inseparáveis do processo de mudança em curso. No futuro, a maioria de nós terá os pés no ‘possuir’ e no ‘compartilhar’, assim como os negócios carregarão características híbridas, tanto do comércio tradicional como da economia colaborativa.

Cooperação, confiança e respeito mútuo parecem ser algumas das principais práticas necessárias à evolução humana, daqui para a frente.

Para isso, precisamos reaprendê-las, desenvolvendo o interesse pelo bem comum e o compromisso com o florescimento de uma *comum-idade* humana real, exercitada e cultivada no cotidiano de nossas relações *com-o-su-*mo do que é sustentável e possível para todos, sem exceção.

De autoria de Rachel Botsman e Roo Rogers, foi publicado no Brasil pela Editora Bookman (Porto Alegre, 2011)

Autor de *Emociones y Lenguaje en Educación y Política* (Santiago: Hachette, 1990)



Feira de troca de brinquedos realizada em Brasília

Fase de maturação

A virada para uma economia predominantemente colaborativa ainda deve demorar, mas as previsões indicam ser inevitável

POR MAGALI CABRAL

FOTO CIRCUITO FORA DO EIXO

Pequenas preocupações cotidianas, como acompanhar o sobe-e-desce do dólar, do PIB e da Bolsa de Valores, absorvem tanta energia e espaço nobre no noticiário que poucos se dão conta do tique-taque da “bomba-relógio”. Nem mesmo as fortes evidências de que a saúde do sistema financeiro, as tensões sociais e o limite ambiental estão por um fio são suficientes para pôr em estado de alerta a massa que movimenta o *business as usual* global. Inertes, as pessoas vão se deixando empurrar para a beira do abismo. Vários estudiosos em macrotendências creem que muitas das soluções para o impasse civilizatório testemunhado pela geração atual virão do novo modelo de economia baseada em redes e ações colaborativas. Que para isso ganhar escala e chegar ao *mainstream* é coisa para o futuro não resta dúvida. A questão é saber se haverá tempo de desarmar a “bomba” e evitar o pior cenário.

Poder prescindir de representação intermediária é o grande trunfo da sociedade em rede

Para o economista e escritor americano Jeremy Rifkin, a era do capitalismo industrial, que vem alimentando crises em três grandes eixos da civilização – o financeiro, o social e o ambiental –, já está em seu último ato. Sairá de cena “não muito rapidamente, mas inevitavelmente”. Enquanto isso, assistimos ao desenrolar de uma economia híbrida que tem em sua base a mistura de colaboração social e economia privada, na definição do sociólogo Ricardo Abramovay, professor do Departamento de Economia e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP).

Pelas contas de Rifkin o capitalismo industrial continuará preponderante por mais uns 50 anos. E quem viver até a segunda metade deste século verá a economia colaborativa se tornar dominante. Essas considerações estão em seu → **livro** *The Zero Marginal Cost Society: The internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism* ■, publicado recentemente na internet, com licença Creative Commons (CC).

A teoria do custo marginal zero de que trata a obra é uma característica importante para o desenvolvimento da economia colaborativa. No mercado tradicional, existem as margens de lucro praticadas ao longo das cadeias produtivas. O autor de um livro, por exemplo, entrega o produto do seu trabalho intelectual a um editor em troca de um adiantamento pelas vendas futuras. Até o comprador final, o livro terá passado por diferentes etapas: editora, gráfica, distribuidora, atacadista e varejista. A cada uma, adiciona-se um custo a ser remunerado.

Na economia colaborativa, com a possibilidade da desintermediação, principalmente

no caso de trabalhos intelectuais ou artísticos, os custos tendem a se aproximar do zero.

Um número crescente de autores, como o próprio Rifkin, está tornando suas produções disponíveis a um preço muito baixo, ou até mesmo de graça. Como a internet permite dispensar a maior parte das etapas intermediárias de confecção de um livro, os únicos custos do escritor serão a quantidade de tempo consumido na criação e o custo do uso de um computador e sua conexão. Por isso, um *e-book* custa para o consumidor final muito menos do que um livro impresso.

Poder prescindir de boa parte dessa representação intermediária é o grande trunfo da sociedade em rede, conforme vem afirmando o sociólogo espanhol Manuel Castells, professor na Universidade da Califórnia e notório pesquisador dos reflexos da sociedade em rede na economia e na política. Em entrevista recente ao projeto →

Fronteiras do Pensamento, Castells ressaltava que, no campo político, se isso não elimina a democracia representativa e o papel do Parlamento, potencialmente fortalece a participação dos cidadãos na resolução dos seus problemas. “Mesmo não sendo um futurólogo, é possível verificar hoje

que já vivemos hibridamente, em presença física e presença virtual”, diz Castells. “Temos de reexaminar tudo o que sabíamos sobre a sociedade industrial, porque estamos em outro contexto” ■.

O campo da arte e entretenimento também já sugere uma mudança precoce de paradigma nas relações existentes entre o artista e o seu público. A coordenadora do MBA Gestão e Produção Cultural da Fundação Getúlio Vargas e uma das organizadoras e autoras do li-

vro → **De Baixo para Cima** ■, Eliane Costa, mostra em seu artigo “Tropicalizando a Economia Criativa: Desafios brasileiros na perspectiva das políticas culturais” algumas manifestações culturais de regiões periféricas que eram discriminadas nesse caminho intermediário até o público, como o passinho, o *funk* e o *tecnobrega*, e hoje estão sendo reinterpretadas e revalorizadas graças às mídias digitais.

Já a capacidade que essas manifestações têm de se transformar em negócio e, as pessoas, de tirar o seu sustento disso, é outra história. Segundo Eliane Costa, as facilidades de acesso e compartilhamento trazidos pelo cenário contemporâneo das redes, das tecnologias digitais e das trocas **peer-to-peer** (ou *P2P*, como também é grafado; consulte Glossário à pág. 24) de fato agregaram um novo ritmo de inovação dessas experiências que brotam em muitos cantos do Brasil.

“No entanto, [esse avanço] nem sempre é acompanhado pelas políticas públicas, ainda presas a uma lógica de *broadcast* [de um para muitos], enquanto a comunicação e a cultura do século XXI já acontecem de muitos para muitos e de baixo para cima”, conta.

O economista Ladislau Dowbor, professor departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem uma boa definição para esse descompasso. Segundo ele, nesse momento vivemos ainda uma espécie de “disritmia social”, isto é, temos toda uma organização institucional “analógica” gerindo um mundo que já evoluiu para o sistema digital.

O potencial do P2P no meio cultural é enorme, mas ainda pouco explorado. No entanto, nesse pouco já surgiram movimentos como o *Inside Out*, o maior projeto global de arte participativa já feito, liderado pelo fotógrafo e artista de rua francês, conhecido apenas pelas iniciais JR. Ele convida voluntários, em geral de comunidades pobres ou em conflito, a se deixarem fotografar. Depois, imprime esses retratos em formato de pôsteres e, com a participação dos retratados, os aplica em paredes, em telhados de casas, em áreas públicas, ou em espaços polêmicos como o muro que atualmente separa a Cisjordânia de Israel.

Em 2011, JR imprimiu 100 mil pôsteres em diferentes países pelo mundo, inclusive no Brasil. Em geral, as instalações estão relacionadas a uma denúncia ou protesto.

Na Tunísia, por exemplo, as imagens foram coladas sobre os retratos do ditador e ex-presidente Zine Al-Abidine Ben Ali, assim que foi deposto. No Brasil, JR colou imensas fotografias de olhos a fim de chamar atenção para o cruel assassinato de um grupo de jovens do Morro da Providência, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em palestra TED, o artista diz que sua vida mudou quando percebeu que não mais precisava de curadores para divulgar o seu trabalho. As ruas são sua galeria de arte e a internet o meio para difundi-la ■.

ABALANDO ESTRUTURAS

Na esfera dos bens imateriais, fruto da criação intelectual, a economia colaborativa avança rapidamente. Mas, quando se adentra no mundo dos objetos, o futuro totalmente colaborativo parece mais distante. Para tentar entender e explicar a origem desse movimento que ousa tentar invadir o terreno da produção de bens físicos, o jornalista e escritor Chris Anderson, autor de → **Makers – The new industrial revolution**, enxerga dois caminhos possíveis para o “tsunami” que deverá abalar as estruturas do velho modelo industrial com a popularização das **impressoras 3D** combinadas com a gratuidade dos softwares de design de objetos (→ **open-source design**).

Um deles o escritor chama de “web comercial”: tem como característica baixas barreiras de entrada, inovação rápida e intenso empreendedorismo – um caminho para atrair as grandes empresas. O outro tem a ver com o Movimento Maker, ou pessoas produzindo coisas para o seu próprio uso.

Nesta segunda alternativa não há construção de negócios. Vai mais na linha dos ideais da revista *The Whole Earth Catalog*, um ícone da contracultura nos Estados Unidos no fim dos anos 1960, cujo conteúdo editorial tratava de ecologia, autossuficiência e **do-it-yourself (DIY)**: “Os ideais originais do → **Homebrew Computer Club** e do → **The Whole Earth Catalog** eram nos libertar das grandes empresas”, lembra Chris Anderson.

■ Projeto que promove conferências internacionais e desenvolve conteúdos múltiplos com pensadores, artistas, cientistas e líderes em vários campos de atuação

■ Em tradução livre: **Sociedade do Custo Marginal Zero: A internet das coisas, a economia colaborativa e o eclipse do capitalismo**

Em cerca de 50 anos, a economia colaborativa deverá ser dominante

■ Acesse em digamo.free.fr/rifkin14.pdf ■ Acesse a entrevista completa em fronteiras.com/o-projeto

■ Acesse o livro em livro.debaixoPARACIMA.com.br ■ Conheça esse trabalho em jr-art.net

■ O livro **De Baixo para Cima** é aberto e traz uma coletânea de textos de vários autores sobre as várias abordagens da economia criativa

■ **Makers – A nova revolução industrial**

■ É a distribuição livre e on-line do desenho industrial, com a qual alguém pode criar um novo projeto de máquina, móvel ou o que for e permitir sua reprodução

■ Grupo informal de entusiastas da informática que se reunia a cada 15 dias no Vale do Silício – entre 1976 e 1985 – para trocar dispositivos eletroeletrônicos e informações relativas ao DIY eletrônico

DESCENTRALIZANDO

Diante desse quadro não é difícil perceber que o pressuposto básico para a existência das grandes empresas, que é internalizar os custos de transação de um bem material, está em risco. Em um texto sobre a economia híbrida, Ricardo Abramovay explica que as empresas existem justamente porque os indivíduos não conseguem juntar o esforço dos inúmeros componentes da divisão do trabalho existentes no interior de uma fábrica. “Negociar, reza a economia institucional, é muito custoso”, afirma. “Daí o paradoxo de que a economia de mercado depende, antes de tudo, de organizações de comando centralizado que são as firmas e, mais ainda, as grandes corporações”.

Em contraposição a esses comandos centralizados, Abramovay informa que algumas grandes empresas, como a fábrica japonesa de impressoras Roland DG, já substituíram as linhas de montagem por baias individuais em que os trabalhadores montam os produtos do começo ao fim. “Nota-se que a coordenação centralizada das tarefas deixa de ser premissa para o avanço da produtividade”. Em 2012, a revista *The Economist* publicou um dossiê prevendo que “os efeitos desses potenciais de descentralização produtiva vão fortalecer pequenas e médias empresas e empreendedores individuais”.

Para o sociólogo, essa descentralização de recursos é o que há de mais interessante na noção de economia colaborativa. Nesse sentido, a internet seria inteiramente uma economia colaborativa, assim como a Wikipédia e também os softwares livres. Ou seja, o caminho para o futuro, que se crê mais justo e igualitário a partir dessas bases descentralizadas da internet, já estaria mais bem pavimentado não tivesse esse novo modelo sendo capturado e privatizado por aqueles que são os maiores grupos econômicos do capitalismo contemporâneo, entre os quais se destacam Facebook, Google, Alibaba, Baidu, Twitter e Amazon. “Mesmo que esses grupos em algum nível estimulem cooperação social, eles o fazem a partir de um modelo de negócios em que o objetivo central é fortalecer a

sua própria empresa”, analisa.

Josh Levy, diretor da Access, uma ONG global que defende e amplia os direitos digitais dos usuários em risco ao redor do mundo, publicou um artigo em maio na revista *Wired* em que critica o projeto Internet.org do CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, lançado dias antes. A proposta de Zuckerberg é levar conexão aos dois terços do mundo ainda sem internet. Mas, segundo Levy, o projeto na realidade é uma espécie de “facebooknet” e o que está em jogo é o domínio dos bens comuns, no caso a internet. Ele diz que uma internet verdadeiramente aberta não pode e não deve funcionar como uma *app store*, em que uma única grande companhia fica com a chave.

Essa contrapartida de forças, como a das gigantes da internet, que tentam privatizar bens comuns sempre que surge uma oportunidade, representa um obstáculo impor-

A biologia diz que o homem é colaborativo por natureza

tante para o crescimento e fortalecimento da sociedade em rede. As oportunidades de valorização produtiva do trabalho de milhões de pequenos empreendedores que poderiam se exprimir pela existência da sociedade da

informação em rede, a exemplo do artista de rua JR, vão ficando limitadas.

“O modelo de negócio que rege as empresas que dominam a rede tem uma propensão centralizadora que consiste em estimular ao máximo a redundância, em pôr o usuário em contato com aquilo que ele já sabe, com o universo que já é dele”, explica Abramovay. “Isso inibe um dos potenciais mais ricos da rede, que seria a possibilidade de uma real diversidade cosmopolita. Em vez disso, há um provincianismo que se manifesta na capacidade de detectar gostos, orientações políticas, sexuais etc.”, analisa o sociólogo, que por essas e outras razões discorda das previsões de Jeremy Rifkin sobre o fim da era capitalista na segunda metade deste século.

NATUREZA COLABORATIVA

O ritmo de andamento de todas essas tendências vai depender da vontade dos ho-

mens. E a biologia, ao que tudo indica, parece estar a favor do movimento colaborativo. É o que pensa a futurista Rosa Alegria, diretora da Perspektiva, consultoria de cenários e estratégias, e do Projeto Millennium no Brasil, a maior rede mundial de pesquisadores do futuro. Por força do ofício, ela mantém “radares” permanentemente direcionados ao futuro e crê que a virada para uma economia colaborativa já está em gestação.

Na mesma linha de Jeremy Rifkin, ela afirma que a neurociência está comprovando que o homem é um ser biologicamente colaborativo e que não nasceu para competir. Rosa cita o livro → *A Civilização Empática — A corrida para a consciência global em um mundo em crise*, em que Rifkin reúne premissas para derrubar a teoria de que o homem é por natureza egoísta, materialista, individualista e utilitarista. Segundo sua teoria, os humanos são empáticos e realizam-se na compaixão, solidariedade e pertencimento (*mais sobre o assunto em Artigo à pág. 26*).

Rosa Alegria assina embaixo e diz que o comportamento competitivo foi criado para favorecer o sistema econômico. “Esse espírito competitivo adquire-se na escola, no trabalho e até dentro das famílias.” Supondo que esteja certa e o homem seja de fato dotado de uma natureza colaborativa, o que explicaria a inércia diante de problemas agudos como mudança climática, desertificação do solo, destruição da cobertura vegetal, a redução dramática da biodiversidade, as tensões sociais, entre outras questões?

Para Ladislau Dowbor, enquanto não se resolve a transição do grande sistema econômico, muita coisa já vem sendo feita, principalmente em âmbito local. Várias cidades que fazem parte do G40 (grupo dos 40 países mais desenvolvidos do mundo) e estão com seus processos de urbanização estabilizados têm promovido transformações importantes, entre elas as americanas Jacksonville, na Flórida, e San Francisco, na Califórnia. “Outras cidades da Suécia, Alemanha, Canadá e China também desenvolvem sistemas colaborativos muito ordenados e extremamente descentralizados”, afirma.

No entanto, apesar dos muitos esforços locais, Dowbor reconhece que o ritmo da evolução dessa “sociedade da informação” não

corresponde à janela de tempo que sobrou até se chegar a níveis catastróficos. Ele recorre ao autor do consagrado *Plano B 4.0 — Mobilização para salvar a civilização*, Lester Brown, segundo o qual uma série de catástrofes está por um fio. A que teria mais chance de eclodir está no eixo da segurança alimentar em razão do esgotamento dos lençóis freáticos em várias partes do globo.

Dowbor lembra que o Estado de Bem-Estar Social que elevou o *status quo* europeu aos padrões atuais foi consequência da Segunda Guerra Mundial, durante a qual morreram 60 milhões de pessoas. “Não parece razoável termos de esperar por um novo choque dessas proporções para conseguirmos força política para mudar as regras do jogo”.

Tradução livre para *The Empathic Civilization — The race to global consciousness in a world in crisis*

BIBLIOGRAFIA

Para saber mais sobre o tema economia colaborativa e assuntos correlatos consulte:

- Brett Frischmann – *Infrastructure: The social value of shared resources* (2012)
- Bruce Lipton e Steve Bhaerman – *Evolução Espontânea* (2013)
- Charles Leadbeater – *It's Co-operation, Stupid* (2012), disponível em bit.ly/1LGW9HN
- Chris Anderson – *Makers: The new industrial revolution* (2012)
- Damien Demailly e Anne-Sophie Novel – *The Sharing Economy: Make it sustainable* (2014), disponível em bit.ly/1LWKQ7f
- David Korten – *The Great Turning: From empire to earth community* (2007)
- Eliane Costa e Gabriela Agustini – *De Baixo para Cima* (2015), coletânea de artigos, disponível em livro.debaixoparacima.com.br
- Elisabet Sahtouris – *A Dança da Terra* (1998)
- Hazel Henderson – *Building a Win-Win World* (1997)
- Jeremy Rifkin – “The Zero Marginal Cost Society: The internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism” (2012), disponível em digamo.free.fr/rifkin14.pdf, e *A Civilização Empática — A corrida para a consciência global em um mundo em crise* (2009)
- Lester Brown – *Plano B 4.0* (2009), disponível em www.iuima.org.br/plano_b.pdf
- Manuel Castells – *A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura* (Paz & Terra, 1999)

Accesse o artigo em wrd.cm/1HjaiHB

O poder do usuário

Repensar a relação com os consumidores é a chave para sobreviver em uma economia colaborativa. Jornalistas independentes dão exemplos

POR FERNANDA MACEDO

A internet é o grande motor da economia colaborativa. Graças às massas de usuários, plataformas digitais podem ser aprimoradas e desenvolvidas em conjunto com consumidores. Mas aproveitar essa oportunidade é um desafio para alguns modelos de negócio tradicionais, avessos à ideia de compartilhar e abrir seus conteúdos na rede para acesso gratuito.

O jornalismo, por exemplo, tem passado por maus bocados ao não conseguir lidar com a concorrência da internet. Os grandes veículos têm realizado sucessivos cortes de custo e, mesmo com uma estrutura mais enxuta, não conseguem equilibrar suas contas em razão da dispersão de anunciantes pelos múltiplos veículos na rede. Além disso, com leitores cada vez mais plugados à internet – 37% dos brasileiros

mantêm-se conectados todos os dias por cerca de cinco horas –, é preciso concorrer também com conteúdos gratuitos. Qual seria, então, o futuro de um setor como o Jornalismo?

Um novo tipo de relacionamento entre o leitor e o veículo de informação tem surgido em iniciativas de jornalismo independente, viabilizadas por financiamento coletivo. A Agência Pública, produtora de conteúdo gratuito, aposta na interação entre os apoiadores do seu **crowdfunding** (consulte Glossário à pág. 24) e a elaboração de suas reportagens.

Todo mês os apoiadores votam nas matérias que serão elaboradas pela Agência e, por meio de um grupo no Facebook, é possível

acompanhar as novidades e sugerir fontes. “Nós fazemos o *crowdfunding* não apenas para viabilizar economicamente o projeto, mas para repensar o jornalismo e mudar a relação das pessoas com o que produzimos”, comenta Marina Dias, coordenadora de comunicação da agência, que acredita que o leitor tem muito a acrescentar ao trabalho jornalístico.

Cynara Menezes, que foi jornalista da revista *CartaCapital* por mais de oito anos, criou o blog *Socialista Morena* em 2012. Durante algum tempo, o blog foi hospedado pelo site da revista, mas recentemente Menezes optou por transformá-lo em um projeto jornalístico independente, mantido com doações de leitores, e dedicar-se exclusivamente a ele.

Entre as razões para essa decisão ela destaca que, em projetos de *crowdfunding*, a relação do leitor com o veículo deixa de ser comercial para ser solidária. Além de consumidor das informações produzidas, o leitor é também um realizador do projeto, é ele quem faz o jornalismo acontecer e, por isso, a participação do público na construção das matérias faz tanto sentido. “Você não paga para ler a matéria, pois elas são abertas a todos. Você paga porque gosta do projeto e quer investir nele. É uma subversão incrível no modelo de negócios do jornalismo”, comenta Cynara Menezes.

Os usuários são o maior ativo das empresas na economia colaborativa. Entender como integrá-los ao modelo de negócio é a chave para o futuro.

O financiamento coletivo de reportagens tem dado certo

Veja reportagens da edição 76 | Dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, disponível em bit.ly/1BBhcUq | Acesse apublica.org | Acesse socialistamorena.com.br



Nossa entrevistada de hoje

Para a Pergunta, as pessoas acham que já têm respostas suficientes, são cheias de certezas, não admitem a dúvida, a opinião variada

Em diversas línguas, em todos os países, épocas. Marcou presença nas casas, ruas, jornais, mas nunca se importaram lá com a sua opinião. As pessoas preferiram o caminho que ela abre, o mistério revelado, a descoberta. Hoje vamos conversar com essa figura tão importante na História, que sempre perdeu espaço depois de o sujeito encontrar resposta: a Pergunta.

PÁGINA22: Existe o risco de extinção das perguntas no mundo?

Pergunta: Esse risco nunca foi tão alto. Estamos vivendo um tempo em que cada vez mais pessoas acreditam estar certas sobre o que falam ou pensam, sem tolerar quem discorda, abrir debate. Elas acham que já têm respostas suficientes, são cheias de certezas, não admitem a dúvida, a opinião variada. Isso sacrifica milhares de perguntas todos os minutos.

PÁGINA22: Onde esse sacrifício ocorre?

Pergunta: Você nem percebe. A pergunta fica presa na cabeça do sujeito durante 70, 80 anos e em muitos casos morre com ele. É um sacrifício invisível, uma morte silenciosa. Já vim médico dizer que uma pessoa morreu do coração, de depressão, estômago e até suicídio. Errado. Era a impossibilidade de libertar a pergunta da cabeça. A pergunta morre antes de nascer.

PÁGINA22: Mas nem todos os casos são assim.

Pergunta: Verdade, embora sejam tão graves quanto. Conheço pessoas que têm vergonha de perguntar. Outras que deixam de perguntar por achar que não vale a pena, ou por pensar que nada vai mudar. Elas vivem bem durante décadas, porque se conformam, o que não significa viver feliz. Uma pessoa conformada não experimenta nem um novo sabor de picolé.

PÁGINA22: Muitas deixam de perguntar por medo.

Pergunta: Essa é uma situação difícil.

E vou dar dois exemplos: pessoas que vivem sob governos totalitários ou sob o teto de famílias repressoras. Existem diversas ONGs de pontos de interrogação que ajudam as vítimas com mantimentos, abrigo e respostas para as suas questões. Em seu *Livro das Perguntas*, o poeta chileno Pablo Neruda provocou: “Por que nas épocas escuras se escreve com tintas invisíveis?”

Página22: Você gosta de literatura?

Pergunta: Gosto de tudo que me leva ao questionamento. Acho curioso quando o sujeito corta “amigos” de sua rede social porque é gente que pensa diferente dele. Costumo brincar que o preconceito deveria ser contra o igual, que deixa a nossa vida monótona e sem graça. Não contra o diferente, que faz a gente olhar a vida sob outro ponto de vista. Mas o ser humano, que em muitas áreas evoluiu, às vezes parece ter paixão por emburrecer.

PÁGINA22: A pergunta é mais importante que a resposta?

Pergunta: Essa é uma frase que gostam de repetir, nem sempre é verdade. Veja esta pergunta: “Quer casar comigo?” Sem uma resposta para ela não adianta nem passar na porta da igreja. Respostas são mais importantes se servirem de base para decisões. Existem, claro, as perguntas que incomodam ou as que geram debate, novas perguntas, viagens, buscas intermináveis. Essas perguntas podem valer mais que as respostas.

PÁGINA22: Existem milhares, milhões, talvez bilhões de perguntas em todo o

planeta. Que pergunta você é?

Pergunta: “Qual a cor da sua cueca?”

PÁGINA22: Sugestiva, erótica, fetichista.

Pergunta: Nada. Sou uma pergunta de lavanderia, feita antes de mergulhar a roupa na máquina de lavar. Cuecas claras e coloridas têm que ser enxaguadas em separado para não manchar.

PÁGINA22: Você se sente uma pergunta menor, perto de questões como “Qual a previsão de crescimento da economia brasileira para este ano?”

Pergunta: Não. Acho que cada pergunta é grande e válida dentro de um contexto. Não adianta você conhecer a previsão de crescimento da economia ou variação do dólar se o que deseja é sair da lavanderia com uma cueca sem manchas. Veja o caso das panelas.

PÁGINA22: O que tem?

Pergunta: Perguntas sobre panelas antigamente eram restritas à área de gastronomia, listas de casamento. Hoje são capazes de definir a posição política de uma pessoa. O dia a dia das perguntas é muito dinâmico.

PÁGINA22: Você quer deixar uma mensagem para o leitor?

Pergunta: Aqui ou via WhatsApp?

PÁGINA22: Aqui.

Pergunta: Encontrar respostas é uma ilusão. Boas respostas são perigosas. Não deixe que elas interrompam o seu caminho. Há momentos em que parece desgastante, mas vale a pena perguntar sempre, nem que seja para si mesmo.



CROQUI ELABORADO SOBRE FOTOGRAFIA DO USUÁRIO PAST1000 DO WIKIMÉDIA COMMONS

Nós e o norte

O município de Hanstholm, noroeste da Dinamarca, recebe neste início de junho o festival Land-Shape, voltado para intervenções artísticas na paisagem. Natural que a tradição pesqueira do local inspirasse o trabalho das estudantes brasileiras Maria Beatrice Trujillo, Beatriz Alcântara e Paula Bedin, que estão entre os 12 finalistas de 171 inscritos de todo o mundo.

Elas tramam como instalação uma rede presa ao Farol Rubjerg Knude, tecida colaborativamente por muitas mãos, conforme o croqui acima. O intuito é que remeta à comunidade de pescadores e sirva também como elemento lúdico, para escalar, deitar, brincar, descansar.

Enquanto angariavam fundos para a viagem à Dinamarca, as três jovens fizeram uma imersão cultural bem mais perto, na vila de pescadores em Picinguaba, litoral paulista, ansiosas para levar a experiência tropical aos mares do Norte. – por **Amália Safatle**

TRABALHAR SEM SAIR DE CASA. VOCÊ PODE CHAMAR ISSO DE PRODUTIVIDADE OU OI SMART OFFICE.



Com o Oi Smart Office, sua empresa tem uma solução completa e segura de teletrabalho que conta com autenticação biométrica e controle de jornada de trabalho, o que atende às questões trabalhistas da CLT, além de armazenamento em nuvem, e-mail, chat e videoconferência. Tudo o que as grandes corporações precisam para gerenciar o trabalho de home-office de sua equipe. Só o Oi Smart Office traz mais economia, produtividade, qualidade de vida e sustentabilidade.

PARA MAIS INFORMAÇÕES, CONSULTE O SEU EXECUTIVO DE NEGÓCIOS OI.

OU ACESSSE OI.COM.BR/OIPRAEMPRESAS PARA CONHECER OUTRAS SOLUÇÕES.



TRAJETÓRIA DE COMPROMISSO

COM UM FUTURO SUSTENTÁVEL



Compartilhamos sorrisos e vivenciamos a transformação das comunidades onde estamos. Comprometidos com as mais elevadas práticas de conservação ambiental, responsabilidade social e excelência operacional, completamos 50 anos no Brasil e somos referência em sustentabilidade.

Somos Alcoa e avançamos cada geração.